



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**VANLEY CLEYTON DIOGO DA CONCEIÇÃO**

**A INFLUÊNCIA DA DOUTRINA LIBERAL NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO  
ECONÔMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES**

Recife

2023

VANLEY CLEYTON DIOGO DA CONCEIÇÃO

**A INFLUÊNCIA DA DOUTRINA LIBERAL NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO  
ECONÔMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao departamento do Curso  
de Graduação em Ciências Econômicas  
da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial à obtenção de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador (a):** Maria Fernanda Freire Gatto Padilha

Recife

2023

VANLEY CLEYTON DIOGO DA CONCEIÇÃO

**A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA LIBERAL NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO  
ECONÔMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao departamento do Curso  
de Graduação em Ciências Econômicas  
da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial à obtenção de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Maria Fernanda Freire Gatto Padilha  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Zionam Euvecio Lins Rolim  
Universidade Federal de Pernambuco

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

VANLEY CLEYTON DIOGO DA CONCEIÇÃO

### **A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA LIBERAL NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao departamento do Curso  
de Graduação em Ciências Econômicas  
da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial à obtenção de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Maria Fernanda Freire Gatto Padilha  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Zionam Euvécio Lins Rolim  
Universidade Federal de Pernambuco

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

CONCEIÇÃO, VANLEY CLEYTON DIOGO DA.  
A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA LIBERAL NA HISTÓRIA DO  
PENSAMENTO ECONÔMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES / VANLEY  
CLEYTON DIOGO DA CONCEIÇÃO. - Recife, 2023.

59

Orientador(a): MARIA FERNANDA FREIRE GATTO PADILHA

Coorientador(a): ZIONAM EUVECIO LINS ROLIM

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Econômicas -  
Bacharelado, 2023.

1. Capitalismo. 2. Divisão social do trabalho. 3. Desenvolvimento  
econômico. 4. Liberalismo. 5. Livre concorrência. I. PADILHA, MARIA  
FERNANDA FREIRE GATTO. (Orientação). II. ROLIM, ZIONAM EUVECIO  
LINS. (Coorientação). IV. Título.

330 CDD (22.ed.)

## DEDICATÓRIA

Agradecer é sempre uma tarefa difícil, pois tudo o que somos e tudo o que pensamos e refletimos é resultado de infinitas influências que nossas memórias certamente não podem traduzir.

Nomeadamente, porém, agradeço à minha família por acompanhar e incentivar o meu desenvolvimento durante a graduação, em especial a minha mãe, Valdenice, que sempre acreditou no meu sonho, ao meu pai, Josemar, pela ajuda, compreensão e incentivo, a minha amada Iasmim pela compreensão, apoio, refúgio nos momentos difíceis; e à minha querida orientadora Maria Fernanda pela sua disponibilidade e dedicação a este trabalho encorajador.

Também gostaria de agradecer aos professores do CCSA, que contribuíram significativamente para a minha formação; e à minha família e amigos queridos, sem os quais eu não teria chegado até aqui.

Ora, não podemos ser negligentes quanto aos grandes pensadores que já refletiram sobre os limites da doutrina liberal e os seus benefícios. Com isso, necessitamos, de alguma maneira, tirar o máximo proveito desse rico tesouro intelectual que herdamos de tais pensadores. Afinal, como dizia o monge medieval Bernardo de Chartres (1130-1160), “somos como anões aos ombros de gigantes, pois podemos ver mais coisas do que eles e mais distantes, não devido a acuidade da nossa vista ou à altura do nosso corpo, mas porque somos mantidos e elevados pela estrutura de gigantes”.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro e acima de tudo, agradeço a Deus a quem eu devo toda a minha gratidão e louvor, por me capacitar e conceder sabedoria durante toda a graduação. Sem Ele, a minha trajetória não teria sentido e jamais conseguiria realizar esse sonho. A Ele toda honra e toda glória para todo o sempre.

Agradeço ao corpo docente da UFPE pela qualidade do ensino e das discussões ao longo do curso. Agradeço também a minha orientadora Professora Maria Fernanda, pelo excelente auxílio, pelas sugestões, pelo incentivo e dedicação no desenvolvimento deste trabalho, pela sua orientação, suas contribuições e seu apoio incondicional durante o processo de escrita desta pesquisa.

Agradeço também aos meus colegas de curso, em especial a Jonata, Raphael, Leonardo, Ewerton, Mitch e Jamerson que foram sempre apoiadores e incentivadores durante o processo de produção desta pesquisa.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desta monografia.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade analisar a história do capitalismo como um vetor principal para um maior desenvolvimento econômico das economias nos últimos séculos. Trazendo como base a história do pensamento econômico, sobretudo a Escola Clássica e a Escola Austríaca de Economia. De maneira geral, observar como, no decorrer do tempo, com a ascensão da doutrina liberal atrelado ao livre-mercado, fez com que os agentes econômicos aloquem de maneira eficiente e produtiva recursos de modo a especializar países de acordo com perfis de eficiência produtivas desigual, porém complementares, com o intuito a maximizar a riqueza das nações elevando o padrão de vida da população, com os recursos altamente escassos.

Em suma, esta pesquisa segue um princípio estabelecido: uma introdução; um primeiro capítulo abordando o fim do período medieval e a ascensão do capitalismo; um segundo sobre os benefícios do capitalismo abordando a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (1772-1823) e a divisão social do trabalho<sup>1</sup> de Adam Smith (1723-1790), a fim de evidenciar a prosperidade econômica mundial; um terceiro sobre o legado que tais teorias deixou no mundo atual e continuará deixando para as futuras gerações; e as considerações finais.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Divisão social do trabalho; Desenvolvimento econômico; Liberalismo e Livre concorrência.

---

<sup>1</sup> A divisão social do trabalho é um conceito utilizado para descrever a forma como os agente econômicos se organizam para realizar tarefas específicas. Se trata de uma divisão que está baseada no uso da especialização para maximizar a eficiência no trabalho. Esta divisão tem sido um tema de interesse desde as sociedades antigas e tem evoluído ao longo dos tempos. A intensificação da divisão social do trabalho a partir de eventos históricos, como a Revolução Industrial, tornou possível a produção em larga escala, além de possibilitar a criação de novas indústrias.

## **ABSTRACT**

This research aims to specifically analyze the history of capitalism as a main vector for greater economic development of economies in recent centuries. Bringing as a basis the history of economic thought, especially the Classical School and the Austrian School of Economics. In general, observe how, over time, with the rise of the liberal doctrine linked to the free market, it made economic agents efficiently allocate productive resources in order to specialize countries according to profiles of unequal productive efficiency, but complementary, with the aim of maximizing the wealth of nations by raising the standard of living of the population, with highly scarce resources.

In short, this research follows a foreseen principle: an introduction; a first chapter addressing the end of the medieval period and the rise of capitalism; a second on the benefits of capitalism addressing the theory of comparative advantages by David Ricardo (1772-1823) and the social division of labor by Adam Smith (1723-1790), in order to demonstrate world economic prosperity; a third on the legacy that such theories left in the current world and will continue for future generations; and final considerations.

**Keywords:** Capitalism; Social division of labor; Economic development; Liberalism and Free Competition.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
HEG	História Econômica Geral
HPE	História do Pensamento Econômico
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
1.1.	OBJETIVOS	12
1.1.1.	<i>Objetivo Geral</i>	12
1.1.2.	<i>Objetivos Específicos</i>	12
2.	ORIGEM HISTÓRICA DO LIBERALISMO	13
2.1.	A ASCENSÃO DO MERCANTILISMO	13
2.2.	A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL	17
2.3.	CRÍTICAS AO MERCANTILISMO	19
2.4.	UM ESPECTRO RONDA A EUROPA, O ESPECTRO DO LIBERALISMO	24
3.	SURGIMENTO DA ESCOLA CLÁSSICA DE ECONOMIA	30
3.1.	A DOCTRINA LIBERAL FRENTE AO INTERVENCIONISMO ECONÔMICO	37
3.2.	A LEI DE ASSOCIAÇÃO RICARDIANA	42
4.	LEGADO DA DOCTRINA LIBERAL PARA AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	46
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54

## 1. INTRODUÇÃO

A análise da doutrina liberal é dever primordial para o entendimento dos fundamentos hipotéticos e metodológicos que permeiam as formas como os indivíduos se comportam, a saber, a tomada de decisão dos agentes econômicos. Analisar as ideias liberais não é algo simples a se fazer como muitos pensam, pois este termo salienta a várias questões: Qual conceito de liberalismo? Pode-se falar de um liberalismo universal e atemporal? Qual a origem do liberalismo? Como ele se estruturou? Quais são suas características?

Estas catalogações foram o passo inicial para a exame e escritura desta monografia, que assume por objetivo supervisionar o sistema de ordenamento do liberalismo, assim quanto suas sucessões e quebras. A perspectiva liberal se define como um conglomerado de convicções que tem por objetivo ratificar a liberdade individual e a propriedade privada<sup>2</sup> como pilares da organização social e econômica, baseando-se na crença de que os indivíduos devem ter autonomia para tomar suas próprias decisões e buscar interesses pessoais, dentro dos limites da legislação. Tais fundamentos filosóficos foram iniciados a partir do aparecimento de uma moderna comunidade econômica, no final da Idade Média: a comunidade capitalista. O economista austríaco Ludwig von Mises (1881-1973) salienta:

O liberalismo é uma doutrina inteiramente voltada para a conduta dos homens neste mundo. Em última análise, a nada visa senão ao progresso do bem-estar material exterior do homem e não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas. Não promete felicidade e contentamento aos homens, mas, tão somente, a maior satisfação possível de todos os desejos suscitados pelas coisas e pelo mundo exterior.<sup>3</sup>

Segundo o filósofo britânico John Gray, embora a doutrina liberal não tenha uma qualidade única ou uma essência imutável, seria errado supor que suas muitas variantes não podem ser compreendidas como um conjunto de modificações em torno de alguns temas. elementos que, embora redefinidos e refinados à luz dos contextos históricos e culturais, sugerem uma única tradição liberal ao invés de duas

---

<sup>2</sup> O economista austríaco Ludwig von Mises usa exatamente eventos históricos a fim de provar o benefício da propriedade privada em questões socioeconômicas. Mises salienta: “Se há algo que a história pode provar em relação a essa questão, é que em nenhum lugar e em nenhuma época já houve algum povo que, sem a propriedade privada, tenha melhorado seu padrão de vida para além da mais opressiva penúria e selvageria, uma situação dificilmente distinguível da existência animal”.

<sup>3</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica*, p. 35

ou mais, unificando assim autores com diferentes fundamentações teóricas, em uma série de estudos conjuntos.

Em primeiro lugar é individualista, no sentido em que pugna pela primazia moral da pessoa contra qualquer pretensão da coletividade social; em segundo lugar, é igualitária, porque confere a todos os homens o mesmo estatuto moral e nega a relevância de graus de diferenciação, legais ou políticos, da riqueza moral entre os seres humanos; em terceiro lugar, é universalista, afirmando a unidade moral da espécie humana, com importância secundária para as associações históricas e as formas culturais específicas; quarto e último, é melhorista, na sua afirmação da correção e aperfeiçoamento de todas as instituições sociais e dos acordos políticos.<sup>4</sup>

Mediante ao fato, é fundamental argumentar que o liberalismo será compreendido perante um panorama histórico, que por seu objetivo não tem a diligência de descrever os vários tipos de liberalismo que aconteceram mediados nas épocas, todavia, discorrer que esta filosofia sobreveio na sociedade moderna e que ao desencadear de sua formação e construção seguiu aspectos diversos nas diversas nações em que alcançou. Em frente disso, considerando como ponto de início que o liberalismo é um concomitante de ideologia que surgiu na sociedade moderna, é fundamental acreditar que sociedade é essa e as substituições processadas até o tempo de crise do liberalismo. No mais, expondo de maneira coerente como as convicções da perspectiva liberal contribuíram para as nações se desenvolverem.

É de suma importância ressaltar que o liberalismo econômico tem sido o principal fator de desenvolvimento econômico em todos os países que praticam algum tipo de economia de mercado. Por ser simultaneamente uma visão de mundo, um pensamento econômico, uma doutrina política e um movimento político, o liberalismo não é neutro em termos do que os indivíduos desejam alcançar. Vale notar que os liberais acreditam que a grande maioria dos agentes econômicos desejam alcançar um estado mais confortável em termos de vida material, ou seja, os indivíduos preferem ser ricos à pobres. O economista austríaco Ludwig von Mises aponta claramente os benefícios que a doutrina liberal trouxe para a sociedade no século XIX:

Às vésperas da Grande Guerra, o trabalhador da indústria nas nações europeias, nos Estados Unidos e em possessões inglesas d'além-mar, vivia melhor e mais prazerosamente do que um nobre de não muito tempo atrás.

---

<sup>4</sup>Gray, John; 1986, *O Liberalismo*, p. 12.

Não apenas podia comer e beber segundo seus desejos, mas podia dar aos seus filhos uma educação melhor. Podia, também, se o desejasse, fazer parte da vida cultural e intelectual de sua nação e, caso possuísse talento e energia suficientes, podia, até mesmo, sem dificuldade, alçar a uma posição social mais alta. Era, precisamente, nos países que mais profundamente adotaram o programa liberal que o cume da pirâmide social se compunha, essencialmente, não daqueles que, por força do berço gozavam de posição privilegiada, em virtude da riqueza ou da alta posição de seus pais, mas daqueles que, em condições desfavoráveis, encontraram a saída da pobreza por seus próprios meios. As barreiras que, em outros tempos, separavam senhores e servos haviam caído. Agora, havia apenas cidadãos com direitos iguais. Ninguém mais era prejudicado ou perseguido por sua nacionalidade, opiniões ou fé. As perseguições políticas e religiosas internas haviam desaparecido e as guerras internacionais começaram a tornar-se menos frequentes. Os otimistas já saudavam a aurora da Idade da Paz Eterna.<sup>5</sup>

Assim, o objetivo da doutrina liberal é permitir que todas as pessoas busquem sua própria felicidade de forma autônoma e responsável por meio da liberdade e das instituições que a garantem. Ao contrário do progressismo, do revolucionismo e do reacionismo, o liberalismo deve ser entendido não como uma ideologia, mas como uma doutrina. Ideologia é um sistema de teorias e dogmas de princípios abstratos organizados como um instrumento de luta política, uma religião secular. O liberalismo, por outro lado, é um conjunto de ideias, valores, princípios e conhecimentos baseados em experiências históricas específicas como base para um sistema projetado para garantir a liberdade individual nas esferas religiosa, moral, política e econômica.

Historicamente, o liberalismo foi o primeiro movimento político e econômico que buscou promover o bem-estar material de todas as pessoas, independentemente de gênero, idade, raça, religião, escolaridade ou classe social. Como uma doutrina cosmopolita e isoeconômica, o liberalismo não aceita justificativas políticas, legais e econômicas para particularismos nacionais, raciais ou de status que levam alguns governos a discriminar ou conceder privilégios a determinados grupos sociais sob a influência de certas ideologias.

A base teórica do liberalismo é baseada na compreensão realista da experiência social e histórica e no uso correto da razão, reconhecendo as limitações de ambos. As convicções éticas, jurídicas, políticas e econômicas do liberalismo se sustentam no fato de que, das opções de organização social existentes, a ordem liberal é a mais coerente com a condição humana porque salvaguarda os direitos

---

<sup>5</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica*, p. 33-34

inalienáveis que o ser humano busca, uma felicidade em liberdade e responsável, garantindo assim o desenvolvimento do potencial humano e o avanço material dos indivíduos e das sociedades. Portanto, partir de um olhar histórico, esta monografia analisará a influência da doutrina liberal na história do pensamento econômico, assim como suas contribuições no campo das ideias. Além do mais, a presente monografia discutirá os principais conceitos do liberalismo econômico, bem como os diversos modelos de política econômica adotados por diversos países.

As demais seções do estudo estão organizadas da seguinte forma: A seção 2 apresenta a Origem Histórica do Liberalismo; a seção 3 o Surgimento da Escola Clássica de Economia; a seção 4 mostra o Legado da Doutrina Liberal para as Ciências Econômicas; e seção 5 apresenta as Considerações Finais.

## **1.1. OBJETIVOS**

### **1.1.1. OBJETIVO GERAL**

- Analisar as principais características do pensamento liberal e sua influência nos sistemas econômicos;

### **1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Demonstrar como a divisão do social do trabalho se intensificou a partir de eventos históricos como a Revolução Industrial;
- Comentar como a Lei de Associação Ricardiana fomentou a cooperação e o comércio internacional;
- Justificar exemplos concretos de como a interferência estatal na economia pode prejudicar a cooperação social e a livre concorrência.

## 2. ORIGEM HISTÓRICA DO LIBERALISMO

### 2.1. A ASCENSÃO DO MERCANTILISMO

O mercantilismo foi bem definido pelo economista canadense Jacob Viner (1892-1970) como "o corpo de doutrinas que expunha e, na prática, empregava meios pelos quais o governo podia forçar o interesse privado, submetido a taxas, impostos de exportação e importação, proibições várias, subsídios e outras medidas coercitivas e regulatórias, a se exercer no sentido de aumentar a riqueza nacional e o poder nacional".

Durante os séculos XVI e XVII, o continente europeu passou por uma série de mudanças que acabaram por levar ao surgimento da doutrina liberal. Uma dessas mudanças foi a ascensão do mercantilismo, um sistema econômico que defendia a ideia de que a riqueza de uma nação era medida pelo seu estoque de metais preciosos, como ouro e prata, e que o comércio deveria ser controlado pelo Estado.

Em um dos mais alentados estudos sobre o tema, o economista e historiador sueco Eli F. Hecksher (1879-1952) propôs entender o mercantilismo como “uma fase na história da política econômica”<sup>6</sup>; para Hecksher o mercantilismo não constitui uma forma específica de organização da produção ou da sociedade, ou seja, não foi um “sistema econômico”, como o feudalismo ou o capitalismo. Hecksher acreditava na ideia de que o mercantilismo está associado à da política econômica, ou seja, uma fase da história em que o Estado é o sujeito e o objeto dessa política: no qual, a política mercantilista foi implementada pelo Estado (daí ser o sujeito), tendo em vista aumentar a riqueza e o poder próprio do Estado e não a riqueza ou o poder de seus súditos (e, por isso, o Estado é o objeto da política).

De acordo com o historiador econômico americano Joel Mokyr:

O mercantilismo é mais bem compreendido como um conjunto de políticas econômicas que favorecem a acumulação de riqueza através do comércio internacional e de uma balança comercial positiva.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Hecksher, Eli F; 1994, *Mercantilism, Volume one*

<sup>7</sup> Mokyr, J; 2017, *Mercantilism. In Oxford Research Encyclopedia of Economics and Finance*

Segundo Mokyry, o mercantilismo foi uma resposta ao período de instabilidade econômica que a Europa viveu após o surgimento dos Estados Nacionais, no qual os países europeus competiam para aumentar sua riqueza e poder através do comércio. É de suma importância ressaltar que o protecionismo econômico foi um dos princípios fundamentais do mercantilismo, que buscava proteger as indústrias nacionais através da imposição de barreiras alfandegárias e do estímulo à produção interna, fazendo com que determinado grupo ou empresa controlasse o comércio de um determinado produto ou região.

Para o economista inglês Thomas Mun (1571-1641), forte defensor de políticas pró mercado interno, salienta que:

O real e fundamental objetivo da política econômica consiste em aumentar a riqueza e a prosperidade do país, promovendo o comércio interno e externo e protegendo a indústria nacional.<sup>8</sup>

Outra característica fundamental do mercantilismo é a busca pelo superávit comercial, na qual está fundamentada na prática de defender a importância de se exportar mais do que se importa, a fim de acumular metais preciosos e fortalecer a economia nacional. Assim, o objetivo de se obter um saldo favorável na balança comercial poderia ser associado ao desejo de aumentar as reservas metálicas do país por meio do comércio internacional. Ao excesso de importações sobre as exportações corresponderia a entrada de moeda/metálico (os pagamentos pelas importações, feitos em metal ou moeda metálica superariam os pagamentos pelas exportações, gerando um saldo metálico líquido que aumentaria as reservas do país).

Desse modo, o aumento da riqueza, atribuído ao aumento da quantidade de metal no país, justificava uma política que promovesse o excesso de exportações sobre as importações, a saber, a balança comercial favorável. Segundo o economista francês Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), “o comércio é a alma da economia e o superávit comercial é o sinal de uma economia saudável”<sup>9</sup>. Com isso, o saldo favorável na balança comercial representava um acréscimo das vendas em relação ao comércio doméstico, um mercado razoavelmente limitado à época.

---

<sup>8</sup> Mun, Thomas; 2018, *England's Treasure by Foreign Trade: Or the Ballance of our Foreign Trade is the Rule of our Treasure*

<sup>9</sup> Colbert, Jean-Baptiste; 1664, *Memorandum on Trade*

Assim, ao exportar mais do que importar era possível ampliar a produção além daquilo que o mercado interno era capaz de absorver, atendendo a interesses do comércio e da produção.

Além do estímulo à produção interna e à colonização, as quais buscavam aumentar a oferta de matérias-primas e reduzir a dependência de outros países. Assim, de acordo com o dramaturgo economista francês Antoine de Montchrestien (1575-1621), "a colonização é a chave para a expansão da economia e a produção interna é o caminho para a independência econômica".<sup>10</sup>

O mercantilismo também defende uma forte intervenção estatal na economia, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e proteger os interesses nacionais. O governo concedia privilégios de monopólios a empresas envolvidas no comércio exterior e restringia a livre entrada no comércio interno a fim de limitar a concorrência. A agricultura, a mineração e a indústria eram promovidas com subsídios do governo e protegidas contra importações por meio de tarifas. Além disso, o governo regulava, de perto, os processos de produção e a qualidade dos bens, de modo que um país não tivesse má reputação por seus produtos nos mercados externos, dificultando, portanto, as exportações. Gerard Malynes (1586-1641), comissário inglês na Holanda espanhola afirma que a regulamentação de bens pelo governo era necessária para garantir exportações de alta qualidade. Malynes afirmou:

A roupa, sendo corretamente feita, será mais vendável no exterior, onde muitas reclamações desde falsificações são feitas, diariamente; (...) a partir daí, o comércio aumentará, para o bem geral do reino, e a roupa da realeza será devidamente paga, de acordo com o estatuto, e todos tenderão à glória de Deus e à honra do rei em toda equidade e justiça a serem observadas em todas as nações bem-governadas.<sup>11</sup>

Assim, os mercantilistas acreditavam que um forte governo nacional era, portanto, necessário, para garantir uma regulamentação nacional uniforme. Dado a análise do economista inglês Thomas Mun (1571-1641), conhecido como o último dos primeiros dos mercantilistas:

---

<sup>10</sup> Montchrestien, de Antoine; 1615, *Traité d'économie Politique*

<sup>11</sup> Malynes, Gerard; 1622, *Vel Lex Mercatoria or The Ancient Law-Merchant, 1ed*

O Estado deve ter um papel ativo na economia, incentivando a produção e as exportações e regulando o comércio de forma a proteger os interesses nacionais.<sup>12</sup>

Charles Davenant (1656-1714), economista mercantilista, também assinalava pela forte regulamentação do negócio, pelo governo a fim de aumentar o bem estar social, pois:

Não existe quase nenhuma sociedade de mercadores que não teria pensado em toda a prosperidade do Reino como dependente de seu negócio em particular. Assim, em qualquer momento em que eles forem consultados, suas respostas serão misteriosas e parciais e, quando se reúnem para deliberação, é normalmente com segundas intenções e um olho secreto em sua própria vantagem (...) E está sendo percebido agora que eles, que possuem o dinheiro vivo, quando descobrirem as necessidades das outras pessoas, farão, com toda a probabilidade, estimulados por sua avareza, uso do dinheiro de uma maneira muito destrutiva para seus companheiros e para os negócios do Reino, se não forem impedidos pelo cuidado e sabedoria do Estado.<sup>13</sup>

Metalismo, balança comercial favorável, protecionismo, regulamentação e monopólios, colonialismo – práticas típicas do mercantilismo enquanto política econômica do Estado absolutista – formam um conjunto bastante consistente. O economista marxista britânico Maurice Dobb (1900-1976) parece sintetizar o que foi discutido até aqui:

Em suma, o Sistema Mercantil foi um sistema de exploração regulamentado pelo Estado e executado por meio do comércio, que desempenhou papel importante na adolescência da indústria capitalista: foi essencialmente a política econômica de uma era de acumulação primitiva de capital.<sup>14</sup>

Dobb conclui que o sistema mercantil desempenhou um papel central na acumulação primitiva de capital<sup>15</sup>. Por meio do comércio regulamentado pelo Estado, os comerciantes obtiveram vantagens econômicas significativas, contribuindo para o desenvolvimento inicial do sistema capitalista. No entanto, é importante ressaltar que esse sistema também gerou desigualdades sociais e transformações na estrutura de classes da época. O entendimento do papel histórico do sistema mercantil é fundamental para compreender as origens e dinâmicas do capitalismo.

---

<sup>12</sup> Mun, Thomas; 2018, *England's Treasure by Foreign Trade: Or the Ballance of our Foreign Trade is the Rule of our Treasure*

<sup>13</sup> Davenant, Charles; 1696, *An Essay On the East-India Trade*

<sup>14</sup> Dobb, Maurice; 1983, *A Evolução do Capitalismo*, p. 149

<sup>15</sup> O período da acumulação primitiva de capital também foi marcado por profundas transformações sociais. A exploração intensificada pelo Sistema Mercantil levou a relações desiguais de poder e ao surgimento de uma classe dominante de comerciantes e capitalistas. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo de proletarianização, com o surgimento de uma classe trabalhadora empobrecida.

## 2.2. A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL

A fim de definir o que viria a ser a história do pensamento econômico, Herbert Heaton (1890-1973), historiador econômico britânico, salienta que a disciplina “descreve os esforços que o homem faz ao longo dos séculos para satisfazer suas necessidades materiais”.<sup>16</sup>

Assim, a acumulação primitiva de capital é um conceito importante na HPE, pois se refere ao processo histórico pelo qual o capitalismo emergiu como modo dominante de produção na Europa Ocidental do final da Idade Média até o início do capitalismo industrial. Ellen Meiksins Wood (1942-2016), cientista política e historiadora marxista estadunidense, em seu livro *A Origem do Capitalismo*, argumenta que a acumulação primitiva foi um processo político que envolveu a criação do Estado moderno e a eliminação de formas pré-capitalistas de produção. Para Wood, a acumulação primitiva foi um processo de criação do capitalismo, que se baseou na expropriação dos camponeses e na criação de uma classe trabalhadora assalariada.

Em *O capital*, Karl Marx (1818-1883) mostra como se processa, numa economia capitalista a acumulação de capital: com o dinheiro, o capitalista compra meios de produção e força de trabalho. Por meio do processo de produção obtém uma mercadoria cujo valor é superior à soma dos valores dos meios de produção e da força de trabalho utilizados nesse processo. Esse acréscimo de valor é a chamada de mais-valia, que, apropriada parcial ou integralmente pelo capitalista, alimenta a acumulação de capital.

Contudo, para que essa valorização ocorra é preciso que dinheiro e mercadorias se transformem em capital, ou seja, em valores capazes de se valorizar, o que pressupõe certas condições:

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadores têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que

---

<sup>16</sup> Citado por Iglésias; 1959, p. 27

se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livre no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, ao contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais para a produção capitalista [...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como "primitivo" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.<sup>17</sup>

Esta concepção da acumulação primitiva de capital, por vezes também chamada de originária, permite identificar um de seus mecanismos fundamentais: a concentração de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência nas mãos de um grupo dentro da sociedade: a crescente classe burguesa. E, para tanto, a ação do Estado, que se identifica com o mercantilismo, também foi essencial para Karl Marx (1818-1883) em suas análises. Diante disso, vale a pena reproduzir o que o próprio Marx salientou sobre diferentes mecanismos de acumulação primitiva.

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber, pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfunamento da população nativa das minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um mercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Na Inglaterra, em fins do século XVII, os momentos da acumulação primitiva são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição.

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As "*sociedades monopólia*" (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. As manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía a metrópole e transformava-se em capital.<sup>18</sup>

Portanto, a acumulação primitiva é o processo pelo qual se constituíram as duas classes típicas do capitalismo: uma que concentra a posse dos meios de

---

<sup>17</sup> Marx, Karl; p. 262

<sup>18</sup> Marx, Karl; 1985, p. 285-287

produção - os capitalistas e outra, que sem acesso aos meios de produção, deve vender sua força de trabalho aos capitalistas para, com o salário, obter os meios de subsistência. Karl Marx e Friedrich Engels em sua obra intitulada *O manifesto do partido comunista* salienta que a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes. Marx e Engels continuam:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.<sup>19</sup>

Assim, a acumulação de capital se realiza por meio da compra e venda no mercado, dispensando a intervenção de instituições típicas da fase de acumulação primitiva (como monopólios, colônias, escravos etc.). Ou seja, por meio da acumulação primitiva constituíram-se as condições necessárias ao estabelecimento da acumulação propriamente capitalista.

### 2.3. CRÍTICAS AO MERCANTILISMO

Na luta contra o mercantilismo, sistema econômico adotado pelas monarquias absolutistas, os liberais sistematizaram na moderna linguagem científica a defesa do livre mercado, cuja análise teórica foi apresentada originalmente pelos economistas da intitulada Escola Clássica. Ressalte-se que o livre mercado não é um sistema tolerante e bárbaro, como afirmam os críticos do capitalismo, pois tal sistema exige a existência de regras de conduta justa, algumas das quais asseguradas pela ação do

---

<sup>19</sup> Marx, Karl e Engels, Friedrich; 2005, *Manifesto do Partido Comunista*. p. 40

Estado. Além de manter a concorrência, os governos têm a responsabilidade de prevenir o abuso do poder econômico, evitando impostos, subsídios e regulamentações que alteram os preços relativos ou disfarçam a relativa escassez de bens e serviços. Portanto, o liberalismo econômico aflora em contrapartida ao mercantilismo, sistema econômico dos regimes absolutistas.

O economista austríaco Ludwig von Mises faz uma análise perfeita abordando o elemento fundamental das práticas do livre comércio:

Aqueles que defendem a livre iniciativa e o livre mercado não defendem os interesses dos que são ricos hoje. Ao contrário, querem que seja aberta a possibilidade para homens desconhecidos - os empresários de amanhã - usarem sua habilidade e engenho, proporcionando, desta forma, uma vida mais agradável para as gerações vindouras. Querem que se mantenha aberto o caminho para maior progresso econômico. São eles que formam a verdadeira vanguarda do progresso.<sup>20</sup>

As ideias a favor do livre comércio, que foram tão bem-sucedidas no século XIX, estavam respaldadas pelas teorias dos economistas clássicos. O prestígio dessas ideias era tão grande, que nada, nem mesmo os grupos cujos interesses eram contrariados por elas, podia impedir que fossem apoiadas pela opinião pública e que as medidas legislativas necessárias ao seu funcionamento fossem promulgadas. São as ideias que fazem a história e não a história que faz as ideias.

Este breve relato histórico mostra que, desde a segunda metade do século XVII até o início do século XXI, os liberais tentaram adotar demandas específicas baseadas em sólidos princípios doutrinários e demandas de diferentes contextos.

Em muitos aspectos, esta foi superada pelos avanços de perspectiva oriundos na denominada Revolução Marginalista<sup>21</sup>, que respondeu determinadas questões fundamentais para um melhor entendimento da economia. Com isso, o mercantilismo também acabou por gerar críticas e oposições, dando origem a novas ideias sobre liberdade econômica e a defesa do livre mercado.

---

<sup>20</sup> Von Mises, Ludwig; 2010. p. 115

<sup>21</sup> A Revolução Marginalista, também conhecida como Revolução da Teoria do Valor Marginal, refere-se a um conjunto de ideias e contribuições teóricas na economia que ocorreram no final do século XIX e início do século XX. Essas contribuições foram desenvolvidas por vários economistas, como Carl Menger, William Stanley Jevons e Léon Walras, de forma independente, mas com princípios semelhantes. A Revolução Marginalista representa a mudança de paradigma na teoria do valor na economia, substituindo a teoria do valor-trabalho pela teoria do valor marginal. Essa revolução enfatizou a utilidade marginal, as preferências individuais e a interação da oferta e demanda na determinação dos preços e valores de mercado.

Entre as críticas ao mercantilismo, destacam-se as de Adam Smith (1723-1790), um dos principais pensadores liberais iluministas do século XVIII. Em sua obra *A riqueza das nações*, publicada em 1776, Smith argumentou que o controle estatal do comércio era prejudicial à economia e que a livre concorrência e a divisão do trabalho eram fundamentais para a prosperidade das nações. Smith também defendeu a ideia de que o interesse próprio dos indivíduos era o principal motor do progresso econômico e que o Estado deveria ter um papel limitado na economia. Smith concluiu que seria tolice esperar aquilo que se necessita dos outros apenas por meio de sua benevolência. Será bem mais bem-sucedido esperar aquele que despertar o interesse próprio do outro, mostrar que é por sua própria vontade que ele deve oferecer aquilo que o outro demanda. O economista escreve:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas sim do zelo que eles têm por seu próprio interesse. Apelamos não à humanidade deles, mas sim ao seu amor-próprio, e nunca falamos com eles sobre nossas próprias necessidades, mas sim sobre suas vantagens.<sup>22</sup>

Smith continua:

O homem do sistema (...) é capaz de ser muito sábio em sua própria presunção; e muitas vezes está tão apaixonado pela suposta beleza de seu próprio plano de governo ideal, que ele não admite sofrer o menor desvio de qualquer parte ... Ele parece imaginar que pode organizar os diferentes membros de uma grande sociedade com tanta facilidade quanto a mão que arruma as diferentes peças sobre um tabuleiro de xadrez. Ele não considera que, no grande tabuleiro da sociedade humana, cada peça tem um princípio de movimento próprio, completamente diferente do que o legislador poderia escolher.<sup>23</sup>

Smith se opôs à intervenção do Estado, seja na iniciativa privada ou no comércio internacional, defendia o individualismo<sup>24</sup> e acreditava que os interesses privados no livre desenvolvimento eram coordenados na sociedade por meio de uma "mão invisível"<sup>25</sup> que trazia benefícios. Em *A riqueza das nações*, o conceito de "mão

---

<sup>22</sup> Smith, Adam; 1996, *A riqueza das nações*

<sup>23</sup> Smith, Adam; 1996, *A riqueza das nações*

<sup>24</sup> Por individualismo, pode-se entender como uma forma de entendimento da sociedade que prima por uma importância demasiada do indivíduo em detrimento do corpo coletivo, ou social. Sendo assim, o indivíduo estaria no centro de toda teoria sócio-política ou explicação dos fenômenos sociais.

<sup>25</sup> A "mão invisível" é um conceito econômico frequentemente associado a Adam Smith, considerado um dos pais da economia moderna. A expressão é usada para descrever o papel benéfico e regulador que o mercado livre desempenha na alocação de recursos e na determinação dos preços na economia.

invisível” tornou-se mais explícito em vários âmbitos da vida social, embora o uso textual da expressão não fosse estático.

Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos naturalmente os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos extraordinários, são as mais vantajosas para a sociedade. [...] Eis por que, sem qualquer intervenção da lei, os interesses e sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de toda a sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade.<sup>26</sup>

Todo indivíduo empenha-se continuamente a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural ou, antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade.<sup>27</sup>

Outro crítico ferrenho do mercantilismo foi o economista franco-irlandês Richard Cantillon (1680-1734). Cantillon é considerado o pai da economia política por sua obra *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, publicada postumamente em 1755. Nele, o economista argumentou que a liberdade econômica e a iniciativa privada eram essenciais para o desenvolvimento econômico. Cantillon também enfatizou a importância da concorrência entre os produtores e da busca pelo lucro para estimular a inovação e a eficiência na economia. O mesmo salienta que:

Todos os homens são naturalmente propensos a buscar sua própria vantagem, e é esse interesse pessoal, que, por meio da concorrência, leva à redução dos preços e ao aumento da produção.<sup>28</sup>

A ascensão do mercantilismo e as críticas a ele contribuíram para o surgimento do pensamento liberal, um pensamento que defendia a liberdade individual e econômica como fundamentais para a prosperidade e o progresso das nações. Um pensamento que acabou por se espalhar pelo mundo e influenciar os movimentos políticos que levaram às revoluções democráticas do século XVIII e XIX.

---

De acordo com a teoria da mão invisível, quando indivíduos buscam seus próprios interesses egoístas no mercado, como maximizar seus lucros ou satisfazer suas necessidades, eles são conduzidos, de maneira não intencional, a promover o interesse social geral. Essa ideia deriva do pressuposto de que os mercados livres são governados por leis naturais que direcionam as interações entre compradores e vendedores.

<sup>26</sup> Smith, Adam; 1996, *A riqueza das nações*. p. 120, v. 2

<sup>27</sup> Smith, Adam; 1996, *A riqueza das nações*. p. 436, v. 1

<sup>28</sup> Cantillon, Richard; 1755, *Essay on the Nature of Commerce in General*, *Classics in Economics Series*.

Um pensamento que visa a estabelecer uma constituição política de segure o funcionamento pacífico da cooperação social e a intensificação progressiva das relações sociais mútuas. Seu objetivo principal é evitar conflitos violentos, guerras e revoluções que necessariamente desintegram a colaboração social e fazem os homens retornarem ao barbarismo primitivo, quando todas as tribos e grupos políticos viviam permanentemente em luta uns com os outros. Como a divisão do trabalho necessita de uma paz duradoura, o liberalismo procura estabelecer um sistema de governo capaz de preservar a paz: a democracia.

Mises, em sua obra *Ação humana*, acreditava fortemente que a democracia é um meio para se alcançar a ordem. O economista afirma:

A doutrina social liberal, baseada nos ensinamentos da ética utilitarista e da economia, vê o problema da relação entre governo e governados de um ângulo diferente daquele do universalismo e do coletivismo. O liberalismo entende que os governantes, que são sempre uma minoria, não podem permanecer indefinidamente no poder sem o apoio consentido da maioria dos governados. Qualquer que seja o sistema de governo, a base sobre a qual é construído e que o sustenta é sempre o entendimento dos governados de que obedecer e ser leal a este governo serve melhor os seus próprios interesses do que a insurreição e o estabelecimento de um novo regime. A maioria tem o poder de rejeitar um governo impopular e usa este poder quando se convence de que o seu bem estar assim o exige. Em longo prazo, não pode haver governo impopular.

A guerra civil e a revolução são os meios pelos quais as maiorias descontentes derrubam governantes e métodos de governo que não lhes convêm. Para preservar a paz social, o liberalismo é favorável ao governo democrático. A democracia, portanto, não é uma instituição revolucionária. Ao contrário, é precisamente o modo de evitar revoluções e guerras civis, porque possibilita o ajustamento pacífico do governo à vontade da maioria. Quando os homens no poder e suas políticas, desagradam à maioria, na primeira eleição são substituídos por outros que defendem outras políticas.<sup>29</sup>

Para Mises, a fim de preservar a paz social, o liberalismo é favorável ao governo democrático. A democracia é vista como um meio de evitar revoluções e guerras civis, uma vez que permite o ajustamento pacífico do governo à vontade da maioria. Quando os governantes e suas políticas desagradam à maioria, eles podem ser substituídos por outros que defendem diferentes políticas. Assim, independentemente do sistema de governo, a base que o sustenta é o entendimento dos governados de que obedecer e ser leal a esse governo serve melhor aos seus próprios interesses do que a insurreição e a criação de um novo regime.

---

<sup>29</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 189-190

## 2.4. UM ESPECTRO RONDA A EUROPA, O ESPECTRO DO LIBERALISMO

A origem histórica do liberalismo é um tema complexo e multifacetado, que envolve fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que se desenvolveram ao longo de séculos. Existem diferentes interpretações sobre as raízes do liberalismo, mas é possível traçar algumas das principais influências que contribuíram para o surgimento dessa filosofia. Trazendo à tona o pensamento do cientista político Andrew Heywood, os liberais defendem a soberania do indivíduo. Tal defesa não surge de uma mera abstração da realidade, mas de um contexto histórico muito concreto. Trata-se da formação da sociedade industrial capitalista como resultado do crescimento econômico e político da burguesia europeia.<sup>30</sup>

O termo “liberalismo” foi usado pela primeira vez na Inglaterra no século XVI para descrever a ideologia de grupos políticos que defendiam a liberdade individual, a redução do poder do Estado e a limitação dos privilégios de classe. O liberalismo se originou da ideia de que o Estado deveria restringir o seu poder, permitindo que os indivíduos sejam livres para tomar suas próprias decisões. O liberalismo é frequentemente ligado ao pensamento dos filósofos inglês John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Montesquieu (1689-1755). No século XVII, eles defenderam a ideia de que os indivíduos possuem direitos naturais e que o Estado deve garantir esses direitos. Além do mais, John Locke (1632-1704) também argumentou que o governo deveria ser limitado e que a economia deveria ser baseada no sistema de livre mercado, baseando-se na crença de que, ao contrário dos sistemas econômicos regulados pelo Estado, uma economia de mercado livre é mais capaz de produzir bens e serviços de maneira eficiente.

Essencialmente, o liberalismo econômico é caracterizado pela crença de que uma economia de mercado livre é um sistema básico que protege os direitos dos indivíduos à vida, à liberdade e à propriedade, e é um fator necessário para a existência de tolerância religiosa, estado de direito e representatividade. sistemas. No entanto, a defesa da liberdade econômica da interferência do governo é anterior ao liberalismo, aparecendo primeiro nos escritos morais de muitos escolásticos.

---

<sup>30</sup> Heywood, Andrew; 2010, *Ideologias políticas: Do liberalismo ao fascismo*

Ao longo da Idade Média, encontra-se argumentos a favor das iniciativas econômicas liberais nos escritos de proeminentes teólogos, moralistas e juristas, especialmente quando analisavam questões de justiça. Destas, vale destacar as reflexões do teólogo e filósofo dominicano Santo Tomás de Aquino (1225-1274), que defendia a propriedade privada individual e propunha que o preço justo de um determinado bem dependia de sua utilidade<sup>31</sup> ou escassez. Outro eminente teólogo e um dos maiores defensores da liberdade econômica de todos os tempos foi o místico e missionário franciscano San Bernardino de Siena (1380-1444), que defendia os direitos individuais à propriedade privada e ao livre comércio, além de justificar moralmente a evasão de altos impostos e avançando a noção de que as diferenças salariais se devem à escassez e qualificação profissional dos indivíduos.

No entanto, a maior contribuição do pensamento católico para a tradição econômica liberal é fornecida pelos escritores escolásticos ibéricos tardios, associados à chamada Escola de Salamanca, cujo grande precursor foi o dominicano Francisco de Victoria (1483-1546). As numerosas posições teóricas do liberalismo econômico são reflexos de expectativas, de acordo com o direito natural, de diferentes temas como a proteção da propriedade privada ou a análise das finanças públicas, tributação, comércio, atividades bancárias, teoria monetária, sistemas de preços, salários, juros, lucros e justiça distributiva.

Em suma, os escolásticos espanhóis do século de ouro souberam articular o que viriam a ser os princípios mais importantes da doutrina liberal, em particular os seguintes: primeiro, a teoria subjetiva do valor (Diego de Covarrubias y Leyva); segundo, a descoberta de preços e custos (Luis Saravia de la Calle); terceiro, a natureza dinâmica dos mercados e a impossibilidade de alcançar modelos de equilíbrio (Juan de Lugo e Juan de Salas); quarto, o conceito dinâmico de concorrência entendida como processos de competição entre os dois (Castillo de Bovadilla e Luis de Molina); quinto, a redescoberta do princípio da preferência temporal (Martín de Azpilcueta); sexto, os graves efeitos distorcivos da inflação na economia real (Juan de Mariana, Diego de Covarrubias e Martín de Azpilcueta);

---

<sup>31</sup> Utilidade significa simplesmente: relação causal para a redução de algum desconforto. O agente homem supõe que os serviços que um determinado bem pode produzir irão aumentar o seu bem estar e a isto denomina utilidade do bem em questão. Para a praxeologia, o termo utilidade é equivalente à importância atribuída a alguma coisa em razão de sua suposta capacidade de reduzir o desconforto.

sétimo, uma análise crítica do sistema bancário de reservas fracionárias (Luis Saravia de la Calle e Martín de Azpilcueta); oitavo, a descoberta de que os depósitos bancários fazem parte da oferta monetária (Luis de Molina e Juan de Lugo); Ordens para organizar sociedades são impossíveis porque faltam as informações necessárias para dar-lhes um conteúdo coerente (Juan de Mariana), e décimo, a tradição liberal considera que todas as intervenções irracionais do mercado constituem uma violação dos direitos naturais (Juan de Mariana De Mariana).

O primeiro a analisar os problemas econômicos em termos de paradigmas científicos modernos foi o médico, filósofo e naturalista inglês William Petty (1623-1687), discípulo de Thomas Hobbes (1588-1679) e considerado o fundador da estatística econômica, sendo considerado o mais importante pioneiro dos economistas clássicos defensores do *laissez-faire* no discurso liberal moderno. Assim, com base em dados empíricos, Petty acredita que a riqueza (commodities) vem da combinação de terra (insumos) e a quantidade de trabalho utilizada na produção, e também enfatiza o papel da divisão social do trabalho. Escreveu, em 1676, uma obra intitulada *Politic Arithmetic*, que foi traduzida ao francês pelos secretários do Marquês de Pombal (1699-1782) e na qual ele se inspirou para a sua Aritmética Política. Como não falava inglês, o Marquês providenciou, com a ajuda dos seus secretários, uma tradução ao francês da obra de Petty.

Na segunda metade do século XVII podemos destacar, além das reflexões de William Petty, as contribuições do próprio Thomas Hobbes (1588-1679), que criticou a intervenção estatal na esfera econômica defendeu a propriedade privada e o livre mercado.

O racionalismo que acabou por rotular o século XVIII de Iluminismo e Idade da Razão influenciou grandes correntes do pensamento econômico e deu origem a uma série de novas teorias que substituíram as do período pré-científico econômico. É inegável que a segunda metade do século XVIII foi palco de inúmeros embates de pontos de vista, mas foi essa diversidade de pontos de vista, aliada a tentativas de racionalismo, que levou a uma revisão do pensamento econômico vigente nos séculos anteriores.

As duas tendências mais importantes do liberalismo na segunda metade do século XVIII foram os fisiocratas franceses e as escolas clássicas britânicas. Com eles, a economia ganhou o status de ciência.

A França, berço do liberalismo, passava por momentos difíceis nas últimas décadas da Era Mercantil. O campesinato e a burguesia se levantaram contra a decadente monarquia absoluta. O monopólio concedido pelo rei foi alvo de críticas bem fundamentadas. O economista francês François Véron Duverger de Forbonnais (1722-1800) é lúcido em falar que a livre concorrência e a liberdade de comércio são essenciais para o crescimento econômico e a alocação eficiente dos recursos. Para Véron, a regulamentação das empresas que reuniam artesãos urbanos era incompatível com a mentalidade do florescente capitalismo industrial e impedia a expansão da densidade empresarial. A perda da Índia e do Canadá, duas partes importantes do império colonial francês, exacerbou a instabilidade política e à bancarrota internacional. Além disso, as políticas econômicas beneficiaram cerca de 600.000 moradores em detrimento de 24 milhões que vivem em extrema pobreza.

Para agravar ainda mais a situação social e político-econômica, o sistema tributário francês - que se tornou um grande ponto de apoio às críticas dos pensadores econômicos da época - baseava-se em pesada carga para artesãos, comerciantes e camponeses, permitindo aos nobres isentos de impostos e clero. Este último estava isento de *taille* (imposto sobre o patrimônio do contribuinte) e da fiscalização do consumo de sal (*gabelle*), um dos impostos mais onerosos. Ades (impostos sobre manufaturas) e *traites* (tarifas) também não atingiam a nobreza e o clero. Além disso, as atividades agrícolas não são levemente tributadas: o resultado líquido da tributação rural é que "reis, padres e senhores embolsam cerca de 75% da renda total do camponês comum".

Os benefícios comerciais se resumem ao uso de prescrições para remover todas as restrições à produção e movimentação de mercadorias. Ao insistir no *laissez-faire*<sup>32</sup>, máxima utilizada contra o abusivo intervencionismo estatal na esfera

---

<sup>32</sup> "Deixe ir, deixe ir". Esta frase, cunhada por Vincent de Gournay (1712-1759), na verdade significa "Deixe o povo fazer o que quiser sem interferência do governo". Os governos não devem estender sua intervenção em assuntos econômicos além do mínimo necessário para proteger a vida e a propriedade e preservar a liberdade de acesso. Os fisiocratas, portanto, se opunham a quase todas as restrições feudais, mercantilistas e governamentais e apoiavam o livre comércio no país e no

econômica, os fisiocratas estavam promovendo o desenvolvimento industrial, embora não fosse sua intenção. Eles encorajaram deliberadamente um comércio doméstico mais livre de grãos, exportações agrícolas e importações de manufaturados.

Mises, traz à tona em a ação humana o escopo geral de uma economia de mercado baseada no tipo *laissez-faire*:

Na economia de mercado, numa organização social do tipo *laissez-faire*, há um campo onde o indivíduo é livre para escolher entre as diversas possibilidades de ação sem ser reprimido pela ameaça de punição. Contudo, o governo, quando vai além da proteção das pessoas contra a fraude e a violência dos indivíduos antissociais, reduz a liberdade de ação do indivíduo mais do que lhe restringiriam as leis praxeológicas. Assim, podemos definir liberdade como o estado de coisas no qual a faculdade de o indivíduo escolher não é mais limitada pela violência do governo do que o seria, de qualquer forma, pela lei praxeológica.

É isso que deve ser entendido quando se define liberdade como a condição de um indivíduo no contexto de uma economia de mercado. Ele é livre no sentido em que as leis e o governo não o obrigam a renunciar à sua autonomia e autodeterminação em maior medida do que o obrigaria, inexoravelmente, a lei praxeológica. Priva-se apenas da liberdade animal de viver sem qualquer preocupação com os outros seres da sua própria espécie. O que se consegue através do aparato social de compulsão e coerção é o impedimento da ação de indivíduos cuja malignidade, imediatismo ou inferioridade mental impossibilita a compreensão de que, ao praticarem atos lesivos à sociedade, estão prejudicando a si mesmos e a todos os outros seres humanos.<sup>33</sup>

O economista continua:

*Laissez-faire* não significa: deixem funcionar as forças mecânicas e desalmadas. Significa: deixem os indivíduos escolherem de que maneira desejam cooperar na divisão social do trabalho; deixem que os consumidores determinem o que os empresários devem produzir.<sup>34</sup>

Ao promover o *laissez-faire*, os fisiocratas tornaram-se um obstáculo ao desenvolvimento econômico capitalista. Sem saber, eles alimentaram a Revolução Francesa de 1789, removendo obstáculos ao progresso. Ao enfatizar a produtividade da agricultura, afastaram-se da velha ideia de que só o comércio poderia gerar e aumentar a riqueza. Os fisiocratas enfatizavam a produção em vez da troca como fonte de riqueza. Seu apoio aos impostos diretos foi uma resposta eficaz aos impostos indiretos que permeavam e corrompiam a sociedade francesa

---

exterior. Gournay foi um dos vários funcionários de alto escalão do sistema mercantilista, experiências que o tornaram um proponente da teoria do *laissez-faire*.

<sup>33</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 341

<sup>34</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 830

da época. Eles favorecem a acumulação de capital controlando o consumo dos ricos.

O fundador e líder do movimento fisiocrata foi o médico e economista François de Quesnay (1694-1774). Em seu *Tableau économique* (Quadro Econômico), publicado em 1758, Quesnay explicava a dinâmica das relações entre produção, circulação e consumo de bens por meio da analogia mecânica da circulação sanguínea. O economista francês acreditava que somente a terra poderia realmente produzir coisas novas e criar riquezas, enquanto outras atividades econômicas, como a indústria e o comércio, embora necessárias, eram apenas meios de transformar ou trocar os produtos da terra.

Dentre os discípulos de Quesnay se destacam os nomes de Vincent de Gournay (1712-1759), Pierre François Mercier de la Rivière (1720-1793), Anne-Robert-Jacques Turgot (1727-1781), Guillaume François Le Trone (1728-1780), Pierre Samuel Du Pont de Nemours (1739-1817), e Honoré Gabriel Riqueti (1749-1791), o conde de Mirabeau. Do ponto de vista de todos esses economistas liberais, na ordem natural proposta pelos fisiocratas, o único papel do Estado através do direito civil seria o de guardião da propriedade privada e garantidor da liberdade econômica, o que posteriormente foi mais aprofundado pela Escola Clássica de Economia.

### 3. SURGIMENTO DA ESCOLA CLÁSSICA DE ECONOMIA

Desde os processos denominados revolução industrial e a ascensão do sistema capitalista de produção, o mundo passou por diversas transformações sociais e estruturais que impactaram fortemente o modo de vida da população europeia em meados do século XVIII. Mises não nega elogios em trazer à tona os benefícios que a revolução industrial trouxe para Europa.

O grande desenvolvimento industrial das últimas décadas, tal como o ocorrido no século XVIII e que é denominado pelo termo sob todos os títulos nada feliz de “revolução industrial”, resultou, acima de tudo, na melhor satisfação das necessidades das massas. O desenvolvimento da indústria do vestuário, a mecanização da produção de calçados e a melhoria do processamento e distribuição de alimentos têm, por sua própria natureza, beneficiado um público mais amplo. É graças a essas indústrias que as massas, hoje, são muito mais bem vestidas e alimentadas do que o foram antes. No entanto, a produção em massa não provê apenas alimentos, abrigo e vestuário, mas também outras necessidades das multidões.<sup>35</sup>

Mises argumenta que o desenvolvimento industrial resultou em uma melhor satisfação das necessidades das massas, especialmente no que diz respeito ao vestuário, calçados e alimentos. O economista destaca que o desenvolvimento industrial ao longo das últimas décadas tem desempenhado um papel fundamental na satisfação das necessidades das massas. A indústria do vestuário, por exemplo, foi beneficiada com a mecanização da produção, resultando em roupas mais acessíveis e de melhor qualidade.

A revolução industrial desencadeou um aumento maciço da população, que mudou significativamente sua distribuição espacial. Entre 1801 e 1851, a população da Inglaterra aumentou de 15,7 milhões para 27,5 milhões (aumento de 75%); na França, de 27,4 para 35,8 milhões (aumento de 30%); na Alemanha, de 24,8 para 36 milhões (aumento de 45%); na Áustria-Hungria, de 22,4 milhões para 32 milhões (aumento de 43 %), e os EUA aumentaram de 5,3 milhões para 23,2 milhões (um aumento de 337%). Durante o mesmo período, a cidade velha cresceu a um ritmo espantoso e surgiram novas cidades industriais. Entre 1801 e 1861, a população de Londres aumentou de 959.000 para 2,8 milhões; em Paris, de 553.000 para 881.000; e em Berlim, de 185.000 para 433.000. Liverpool tinha apenas 82.000 habitantes em 1801 e 441.000 em 1861; Manchester tinha 77.000 nos primeiros

---

<sup>35</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica*, p. 41

anos desses anos, 358.000 em 1861 e assim por diante. Durante o mesmo período, os residentes de Nova York aumentaram de 60.000 para 516.000.

No século XIX, o liberalismo foi influenciado pelo pensamento de economistas como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Jean-Baptiste Say (1767-1832). Esses economistas defendiam a ideia de que a economia deveria ser baseada no livre mercado e que a regulamentação do governo deveria ser limitada, a saber, mediante a substituição de taxas de impostos altas por baixas, e a eliminação de subsídios e proteções a empresas. Entretanto, vale ressaltar que tais pensadores eram a favor da regulamentação governamental para evitar fraudes e abusos do mercado. Essas ideias foram incorporadas pelos liberais e contribuíram para o desenvolvimento da economia liberal do século XIX, a fim de aumentar eficiência dos mercados e das empresas, desencorajando a ineficiência e a corrupção. Além disso, a desregulamentação promove a competição entre empresas, o que incentiva o crescimento econômico através da livre concorrência. Adam Smith (1723-1790), em sua obra prima *A riqueza das nações*, acrescenta:

A melhor maneira de promover a riqueza de uma nação é permitir que as pessoas busquem seus próprios interesses, sem interferência do governo, através da competição. Quando o mercado é livre para funcionar, ele tende a promover a eficiência e a inovação, levando a um maior bem-estar econômico.<sup>36</sup>

Assim, o papel da competição é múltiplo. Primeiro, revela quais atividades e produtos os consumidores preferem por meio do processo de descoberta contínua do mercado. Em segundo lugar, elimina as empresas que não podem atender os clientes de forma eficaz. Em terceiro lugar, é moralmente superior aos mercados protecionistas porque, ao contrário do que acontece nestes mercados, recompensa o mérito e a capacidade de servir bem os consumidores.

Faz-se necessário concordar com a visão de que Adam Smith, um dos grandes pensadores da modernidade, assumiu um dos maiores desafios teóricos da humanidade, o de explicar o surgimento e a regulação da ordem social sem recorrer a explicações divinas.

A economista Angela Ganem a fim de expor a contribuição de Adam Smith afirma que:

---

<sup>36</sup> Smith, Adam; 1776, *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Nations*

Smith pensa a sociedade como um moderno, isto é, como autoinstintuente, e a encara como desencantada (nos termos weberianos). Com isso, constrói uma solução em que a sociedade não será mais fundada sobre uma exterioridade, mas sobre ela mesma. Neste objetivo, Adam Smith torna-se um dos mais geniais representantes da modernidade: ele transforma a economia em centro explicativo da sociedade através da universalidade do desejo de ganho dos homens. Sua solução afirma que os interesses privados, ao invés de se chocarem, produzindo a guerra, são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Uma solução aparentemente simples, mas que se tornou em uma das metáforas centrais da economia e contribuiu decisivamente para definir um dos caminhos teóricos da disciplina.<sup>37</sup>

Para Angela, a teoria liberal estabelecida por Smith ainda possui um valor significativo, considerando sua influência no surgimento de uma corrente de pensamento completa. Economistas utilitaristas e marginalistas do século XIX, e por fim as escolas austríaca e de Chicago exemplificam a influência e a evolução das teorias liberais. Expandindo inúmeros conceitos já presentes na obra de Smith, como o racionalismo dos agentes econômicos e a determinação do valor nominal/preço com base na utilidade do produto para o consumidor, esses autores não apenas desenvolvem teorias econômicas, mas também estabelecem um conjunto abrangente de pensamento baseado na troca como fundamento e objetivo das relações sociais mais amplas herdadas de Smith. Portanto, é lúcido ressaltar que Adam Smith figura entre os notáveis pensadores da contemporaneidade, entre os que abraçaram um dos maiores desafios teóricos enfrentados pela humanidade, que é elucidar a origem e a governança da estrutura social sem recorrer à explicação de natureza religiosa.

O economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883 -1950) também destacou fortes elogios ao pai da economia clássica. Ele escreve:

Em momento algum ele esteve atormentado por uma abundância de ideias nem jamais se viu atraído por rumos nos quais pouca gente poderia tê-lo acompanhado. Era o homem de uma obra sintética e de uma exposição equilibrada, não o de grandes ideias novas. Acima de tudo, ele se esforça por se informar cuidadosamente dos elementos à sua disposição, os quais critica fria e racionalmente. Desse modo, chega a formular inúmeros julgamentos que coordena harmonicamente. Só percorre caminhos trilhados. Utiliza apenas elementos preexistentes, mas dotado de um espírito luminosamente esclarecido, elabora uma obra grandiosa, fruto do trabalho de toda a sua vida.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Ganem, Angela; 2010, *O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek*, p.147

<sup>38</sup> Schumpeter, Joseph Alois; 1986, *Fundamentos da Pensamento Econômico*.

Segundo Andrew Heywood, a defesa da liberdade é o princípio unificador da doutrina liberal sem a qual os seres humanos não podem alcançar a felicidade completa.<sup>39</sup> Para o liberalismo, a liberdade defende o direito dos indivíduos de fazerem suas próprias escolhas, como para onde ir, o que fazer, onde morar, o que comer, como se expressar e assim por diante.

A fim de explicar o conceito de mercados, Ludwig von Mises faz uma definição simples, completa, abrangente e magistral em sua obra máxima, *Ação Humana*.

A economia de mercado é o sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. Todos agem por conta própria; mas as ações de cada um procuram satisfazer tanto as suas próprias necessidades como também as necessidades de outras pessoas. Ao agir, todos servem seus concidadãos. Por outro lado, todos são por eles servidos. Cada um é ao mesmo tempo um meio e um fim; um fim último em si mesmo e um meio para que outras pessoas possam atingir seus próprios fins.

Este sistema é guiado pelo mercado. O mercado orienta as atividades dos indivíduos por caminhos que possibilitam melhor servir as necessidades de seus semelhantes. Não há, no funcionamento do mercado, nem compulsão nem coerção. O estado, o aparato social de coerção e compulsão, não interfere nas atividades dos cidadãos, as quais são dirigidas pelo mercado. O estado utiliza o seu poder exclusivamente com o propósito de evitar que as pessoas empreendam ações lesivas à preservação e ao funcionamento da economia de mercado. Protege a vida, a saúde e a propriedade do indivíduo contra a agressão violenta ou fraudulenta por parte de malfetores internos e de inimigos externos. Assim, o estado se limita a criar e a preservar o ambiente onde a economia de mercado pode funcionar em segurança.<sup>40</sup>

Mises continua:

O mercado não é um local, uma coisa, uma entidade coletiva. O mercado é um processo, impulsionado pela interação das ações dos vários indivíduos que cooperam sob o regime da divisão do trabalho. As forças que determinam a - sempre variável - situação do mercado são os julgamentos de valor dos indivíduos e suas ações baseadas nesses julgamentos de valor. A situação do mercado em um determinado momento é a estrutura de preços, isto é, o conjunto de relações de troca estabelecido pela interação daqueles que estão desejosos de vender com aqueles que estão desejosos de comprar. Não há nada, em relação ao mercado, que não seja humano, que seja místico. O processo de mercado resulta exclusivamente das ações humanas. Todo fenômeno de mercado pode ser rastreado até as escolhas específicas feitas pelos membros da sociedade de mercado.

O processo de mercado é o ajustamento das ações individuais dos vários membros da sociedade aos requisitos da cooperação mútua. Os preços de mercado informam aos produtores o que produzir como produzir e em que

---

<sup>39</sup> Heywood, Andrew; 2010, *Ideologias políticas: Do liberalismo ao fascismo*.

<sup>40</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 316

quantidade. O mercado é o ponto focal para onde convergem e de onde se irradiam as atividades dos indivíduos.<sup>41</sup>

Para Mises, o processo de mercado é uma interação de homens que, deliberadamente, procuram eliminar, da melhor maneira possível, a sua insatisfação com base na divisão do trabalho. Nas palavras do autor, a ação cooperada, na base do princípio da divisão do trabalho, traz a vantagem da maior produtividade. Se um determinado número de homens trabalha em colaboração, segundo o princípio da divisão de trabalho, esses agentes econômicos produzirão (tudo o mais permanecendo constante) não apenas a quantidade do que teriam produzido, se trabalhassem como indivíduos autossuficientes, mas muito mais do que isso. Mises aponta:

Foi a divisão do trabalho que tornou o débil homem, muito inferior à maioria dos animais em força física, senhor da terra e criador das maravilhas da tecnologia. Na ausência da divisão de trabalho, não estaríamos, em qualquer campo, mais avançados hoje do que nossos ancestrais de há milhares e milhares de anos.<sup>42</sup>

O economista continua:

A teoria científica elaborada pela filosofia social do racionalismo e do liberalismo do século XVIII e pela moderna economia não recorre a nenhuma interferência miraculosa de poderes sobre-humanos. Toda vez que o indivíduo substitui a ação isolada pela ação concertada, resulta uma melhora imediata e perceptível de sua situação. As vantagens advindas da cooperação pacífica e da divisão do trabalho são universais. Beneficiam imediatamente quem assim age e não apenas, futuramente, os seus descendentes. Aquilo que o indivíduo sacrifica em favor da sociedade é amplamente compensado por vantagens ainda maiores. Seu sacrifício é apenas temporário e aparente; renuncia a um ganho menor para poder obter um maior em seguida. Nenhum ser razoável deixa de perceber fato tão evidente. O que motiva a intensificação da cooperação social – ampliando a divisão de trabalho, fortalecendo a proteção legal e garantindo a paz – é o desejo de todos os interessados em melhorar suas próprias condições de vida. Ao defender o seu próprio – corretamente compreendido – interesse, o indivíduo contribui para intensificar a cooperação e a convivência pacífica. A sociedade é fruto da ação humana, isto é, do desejo humano de diminuir seu desconforto tanto quanto lhe seja possível. A fim de explicar seu surgimento e evolução, não é necessário recorrer a uma doutrina, certamente ofensiva a uma pessoa verdadeiramente religiosa, segundo a qual a criação original foi tão defeituosa, que reiteradas intervenções sobre-humanas seriam necessárias para evitar seu fracasso.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 316

<sup>42</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica*, p. 49

<sup>43</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 186

Com isso, Mises é fatídico em relatar que sempre que os indivíduos substituem ação isolada por ação concertada, há uma melhoria imediata e perceptível em suas situações. A cooperação social e a divisão do trabalho trazem vantagens universais, beneficiando não apenas as gerações futuras, mas também aqueles que participam dessa cooperação. A intensificação da cooperação social, incluindo a ampliação da divisão do trabalho, o fortalecimento da proteção legal e a garantia da paz, é motivada pelo desejo de melhorar as próprias condições de vida. Ao buscar seus próprios interesses de maneira correta, os indivíduos contribuem para fortalecer a cooperação e a convivência pacífica.

A economia não é uma questão de bens e serviços, mas o comportamento das pessoas vivas. Seu objetivo não é descansar em estruturas imaginárias como o equilíbrio. Essas construções são apenas ferramentas inferenciais. A única tarefa da economia é analisar o comportamento humano, analisar o processo.

Milton Friedman, em sua obra *Capitalismo e Liberdade*, salienta que a melhor forma de promover a liberdade política é através da liberdade econômica. Segundo o autor, o sistema de trocas livres é a forma mais apropriada de coordenar as ações dos indivíduos, sem coerção, pois implicaria uma diluição do poder, limitando-se a possibilidade de um indivíduo, ou Estado (no caso de uma direção central), de interferir nas escolhas dos outros.

O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isso, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada.<sup>44</sup>

O ponto principal é que, devido à existência de múltiplos agentes envolvidos nessas transações, cada parte tem a oportunidade de buscar alternativas e negociar com outras pessoas ou empresas, o que reduz a probabilidade de coerção por parte da contraparte mais forte. Ao mencionar que o mercado realiza essa proteção de forma impessoal e sem uma autoridade centralizada, Friedman destaca o papel dos mecanismos de livre concorrência e da autonomia individual na regulação das interações econômicas. Portanto, essa perspectiva sugere que as forças do

---

<sup>44</sup> Friedman, Milton; 1985, *Capitalismo e Liberdade*, p. 23

mercado, como a oferta e a demanda, atuam como um mecanismo autorregulador, proporcionando um ambiente em que as partes envolvidas possam tomar decisões com base em seus próprios interesses e benefícios mútuos.

O economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992), prêmio Nobel de economia em 1974, argumentou que a competição é um método superior não apenas porque constitui o método mais conhecido na maioria dos casos, mas sobretudo porque é a única maneira pela qual nossas atividades podem ser ajustadas umas às outras sem a intervenção de terceiros. Hayek continua dizendo:

Uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um "controle social consciente" e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham. (...) A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais.<sup>45</sup>

Hayek destaca que a concorrência dispensa a necessidade de um "controle social consciente", sugerindo que não é necessário um planejamento centralizado para direcionar as atividades econômicas. Em vez disso, a competição entre os agentes econômicos é vista como uma forma de coordenar os esforços de maneira eficaz. A doutrina liberal, para o economista austríaco, sustenta a ideia de que a concorrência é a melhor maneira de orientar os esforços individuais. Acredita-se que, em um ambiente de livre concorrência, as forças do mercado, como oferta e demanda, regulem as atividades econômicas de forma eficiente, resultando em maior eficácia e bem-estar geral. Nesse sentido, a competição estimula a inovação, a eficiência produtiva e a busca por melhores soluções, beneficiando tanto os consumidores quanto os produtores.

Ademais, o liberalismo econômico também promove a globalização, que facilita a livre circulação de bens e serviços entre países. A globalização permite que os países aproveitem as vantagens das economias de escala e do acesso a novos mercados, resultando assim, em mais crescimento econômico, empregos e renda.

O liberalismo também foi influenciado pelo pensamento de filósofos como Immanuel Kant (1724-1804) e John Stuart Mill (1806-18793). Estes filósofos

---

<sup>45</sup> Hayek, Friedrich August von; 1990, *O Caminho da Servidão*, p. 62

argumentaram que o Estado deveria proteger os direitos dos indivíduos e que os governantes não deveriam ter o poder de limitar a liberdade dos cidadãos. Essas ideias foram incorporadas pelos liberais e ajudaram a definir a ideologia liberal moderna. Portanto, a origem do termo “liberalismo” remonta ao século XVI, quando foi usado para descrever a ideologia de grupos políticos que defendiam a redução do poder do Estado e a limitação dos privilégios de classe. Desde então, o liberalismo tem sido influenciado pelo pensamento de filósofos, economistas e outros pensadores, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento econômico moderno e alertando sobre os riscos da intervenção estatal e do protecionismo.

### 3.1. A DOUTRINA LIBERAL FRENTE AO INTERVENCIONISMO ECONÔMICO

O intervencionismo econômico é um conjunto de políticas e práticas adotadas pelo Estado para interferir na economia de um país, com o objetivo de alcançar determinados resultados econômicos ou sociais. Essa intervenção pode ser direta, por meio da atuação do Estado como agente econômico, ou indireta, por meio de incentivos, regulamentações e impostos. Mises, em *Ação humana*, descreve o intervencionismo como:

O sistema de economia de mercado obstruído, ou intervencionismo, procura preservar o dualismo de duas distintas esferas: a atividade do governo de um lado e a liberdade econômica do sistema de mercado de outro. O que caracteriza o intervencionismo é o fato de que o governo não limita suas atividades à preservação da propriedade privada dos meios de produção e à proteção contra as tentativas de violência ou fraude; o governo interfere na atividade econômica através de ordens e proibições.<sup>46</sup>

O intervencionismo, mesmo em benefício de uma causa tão claramente positiva quanto o bem-estar coletivo, gera mais dificuldades do que resoluções, resultando assim em mais intervenções, até que o sistema esteja completamente estatizado — isso se o colapso não acontecer antes. As políticas intervencionistas podem incluir medidas como subsídios, tarifas, impostos, regulamentações, controle de preços, investimentos públicos em infraestrutura, nacionalizações, entre outras. A justificativa para a adoção dessas políticas é geralmente a busca por objetivos como

---

<sup>46</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 818

a promoção do desenvolvimento econômico, a redução das desigualdades sociais, a proteção do meio ambiente, entre outros.

Economistas de cunho liberal argumentam que a intervenção estatal pode levar a distorções no mercado e a alocar recursos de forma ineficiente, além de diminuir a liberdade de escolha dos consumidores e a iniciativa privada. Ludwig von Mises define intervencionismo como uma ordem isolada emitida pela autoridade que representa o aparato de poder; obriga o empresário e o proprietário dos meios de produção a empregar esses meios de uma maneira diferente da que empregariam se agissem pelo que lhes determina o mercado.

Murray Rothbard (1926-1995) qualifica o intervencionismo em três categorias:

Na primeira, o invasor pode obrigar um determinado indivíduo a fazer ou impedi-lo de fazer algo que envolva direta e unicamente a sua pessoa ou propriedade. Em suma, restringe o uso da propriedade de tal indivíduo, nos casos que não envolvem troca. Isto pode ser chamado de intervenção autística, pois envolve somente o próprio sujeito. Na segunda categoria de intervenção, o invasor pode forçar uma troca entre ele mesmo e o sujeito, ou oferecer um “presente” coercitivo. Na terceira categoria, o invasor pode compelir ou proibir a troca entre dois indivíduos. A categoria precedente pode ser chamada de intervenção binária, uma vez que a relação hegemônica é estabelecida entre duas pessoas (o invasor e o sujeito); e esta terceira categoria pode ser chamada de intervenção triangular, já que a relação hegemônica é criada entre o invasor e dois permutadores – reais ou em potencial.<sup>47</sup>

Assim, para Rothbard, essas categorias são descritas como formas de intervenção que envolvem diferentes níveis de coerção e restrição das liberdades individuais. A primeira categoria afeta diretamente a propriedade individual, a segunda envolve manipulação das trocas e a terceira interfere nas relações de troca entre os indivíduos.

O economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992), critica as políticas intervencionistas como um forte opositor do livre mercado, levando a distorções e alocação de recursos de forma ineficiente:

A concorrência é valiosa porque nos permite descobrir preços e recursos que as pessoas querem, sem precisar recorrer à coerção. A intervenção governamental geralmente falha em seus objetivos, porque as informações

---

<sup>47</sup> Rothbard, Murray; 2009, *Man, Economy, and State with Power and Market*, p. 877

necessárias para tomar decisões econômicas eficientes são muito dispersas e fragmentárias para serem conhecidas por uma única autoridade central.<sup>48</sup>

Hayek destaca o valor da concorrência ao permitir a descoberta de preços e recursos por meio de mecanismos de mercado, sem a necessidade de coerção. Argumenta-se que a intervenção governamental muitas vezes falha em alcançar seus objetivos, pois as informações necessárias para tomar decisões econômicas eficientes são dispersas e fragmentadas demais para serem conhecidas por uma única autoridade central.

A ideia central é que a concorrência oferece um sistema dinâmico em que as interações entre compradores e vendedores, demanda e oferta, resultam na determinação dos preços e na alocação eficiente dos recursos. Através dessa interação descentralizada, os agentes econômicos respondem às informações disponíveis e aos sinais de mercado, o que leva a uma coordenação eficiente e a um equilíbrio em termos de produção, consumo e distribuição de bens e serviços. O argumento contra a intervenção governamental baseia-se na percepção de que uma autoridade central não pode ter conhecimento completo e atualizado sobre as condições e preferências específicas de cada agente econômico. Dessa forma, é argumentado que a intervenção estatal na economia pode levar a distorções e ineficiências, pois uma única autoridade não pode tomar decisões econômicas ótimas para todos.

Sendo assim, as consequências do intervencionismo são muito prejudiciais ao funcionamento da economia como um todo. O fenômeno causa um desequilíbrio nos mercados que passam a agir não mais conforme as preferências dos consumidores, método mais eficiente, e sim com falsas informações causadas pela intervenção governamental. Além disso, prejudica a produtividade e competitividade do mercado podendo criar monopólios.

Os economistas liberais argumentam que a diferença entre preços competitivos e preços monopolistas é que os preços competitivos surgem de uma situação em que os proprietários de vários bens e serviços são obrigados a satisfazer a demanda do consumidor. Em um mercado competitivo, sem política de preços para os vendedores, sua única opção é vender o máximo possível pelo

---

<sup>48</sup> Hayek, Friedrich August von; 1990, *O Caminho da Servidão*, p. 84

melhor preço que lhes é oferecido. Por outro lado, um monopólio ganha mais por não fornecer ao mercado parte da oferta que lhe é disponibilizada para obter um benefício monopolista específico. Mises aponta:

O traço característico dos preços monopolísticos reside no desrespeito aos desejos dos consumidores. Um preço competitivo para o cobre significa que o preço final do cobre tende para um ponto no qual as jazidas são exploradas na medida permitida pelos preços dos fatores complementares de produção não específicos necessários; a mina marginal não produz renda. Os consumidores estão obtendo todo o cobre que eles mesmos determinam, tendo em vista o preço que atribuem ao cobre e a todas as outras mercadorias. Um preço monopolístico do cobre significa que as jazidas são exploradas com menor intensidade porque isso é mais vantajoso para os proprietários; o capital e trabalho que teriam sido empregados na produção adicional de cobre, se a soberania dos consumidores não fosse infringida, são empregados na produção de outros artigos para os quais a demanda dos consumidores é menos intensa. Os interesses dos proprietários das jazidas de cobre prevalecem sobre os dos consumidores. As jazidas de cobre existentes não são exploradas segundo os desejos do público.<sup>49</sup>

De acordo com o economista, os preços competitivos refletem a interação livre entre oferta e demanda, resultando em um equilíbrio em que os consumidores obtêm o cobre de acordo com suas preferências e avaliação de preço, levando em consideração também os preços dos fatores complementares de produção. Nesse cenário, a mina marginal não produz renda e a produção ocorre de acordo com as escolhas e demandas dos consumidores. Por outro lado, quando há um preço monopolístico para o cobre, Mises argumenta que as jazidas são exploradas com menor intensidade, beneficiando os proprietários em detrimento dos consumidores. Isso significa que o capital e o trabalho que poderiam ser direcionados para a produção adicional de cobre, conforme a demanda dos consumidores, são redirecionados para a produção de outros bens com demanda menos intensa. Assim, os interesses dos proprietários das jazidas de cobre prevalecem sobre os interesses dos consumidores, resultando em uma exploração das jazidas que não está alinhada com os desejos do público consumidor. Essa análise sugere que a existência de um monopólio no mercado do cobre leva a uma alocação ineficiente de recursos e prejudica os interesses dos consumidores, uma vez que as escolhas de produção são direcionadas pelos proprietários das jazidas em busca de vantagens para si próprios, em vez de responderem às preferências do público consumidor.

---

<sup>49</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 446

Outra consequência do protecionismo é o desestímulo à inovação e ao aumento da produtividade. O subsídio e a proteção estatal fazem com que as empresas que recebam esses privilégios não tenham incentivos a se tornarem mais competitivas e ofertem produtos ou serviços de menor qualidade e mais caros para seus consumidores. Além disso, essas empresas podem sofrer proibições ao tentar exportar para outros países que julgarem que estes privilégios causam uma concorrência desleal.

Além disso, uma forte intervenção excessiva pode assumir diferentes formas, como regulamentações onerosas, impostos excessivos ou subsídios distorcidos. Essas medidas podem criar barreiras para a entrada de novos participantes no mercado, dificultar a livre concorrência e limitar a capacidade das empresas de se especializarem em suas áreas de expertise. Isso pode levar a uma menor divisão do trabalho, pois as empresas têm menos incentivos para se dedicarem a atividades específicas e se beneficiarem da especialização.

Portanto, o intervencionismo econômico também pode criar distorções nos incentivos e na alocação de recursos. Quando o governo interfere na economia de maneira excessiva, como determinando preços ou quotas de produção, pode levar a distorções nos sinais de mercado e na alocação eficiente dos recursos. Isso pode dificultar a coordenação entre diferentes setores da economia e reduzir a divisão do trabalho. Mises aponta:

Quando, na divisão de trabalho, um indivíduo ou uma parcela de terra é superior, pelo menos em um aspecto, aos outros indivíduos ou parcelas de terra, fica evidente o aumento de produtividade daí decorrente. Se A pode produzir por unidade de tempo  $6p$  ou  $4q$ , e B apenas  $2p$ , ou então  $8q$ , A e B, trabalhando isoladamente, produzirão em média  $4p + 6q$ ; se dividirem o trabalho e cada um cuidar apenas de executar o trabalho em que é mais eficiente, produzirão  $6p + 8q$ . Mas o que acontece quando A é mais eficiente do que B, não só na produção de  $p$ , mas também na produção de  $q$ ?<sup>50</sup>

Quando um indivíduo ou parcela de terra é superior em todos os aspectos de produção em comparação aos outros, ocorre um aumento de produtividade ainda mais significativo. Nesse caso, a especialização e a divisão de trabalho podem levar a ganhos ainda maiores. Se A é mais eficiente do que B tanto na produção de  $p$  quanto na produção de  $q$ , isso significa que A possui uma vantagem comparativa em ambas as áreas. Ao dividirem o trabalho e se especializarem nas tarefas em que são

---

<sup>50</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 199

mais eficientes, A e B podem obter uma produção total ainda maior do que no exemplo anterior. Por exemplo, suponha que A possa produzir 8p ou 10q por unidade de tempo, enquanto B pode produzir apenas 4p ou 6q. Se A se especializar na produção de p e B se especializar na produção de q, eles podem produzir  $8p + 6q$ , o que resulta em uma produção total maior do que se cada um trabalhasse isoladamente.

Assim, a especialização permite que cada indivíduo concentre seus esforços naquela atividade em que é mais eficiente, aproveitando ao máximo suas habilidades e recursos. A divisão de trabalho baseada nas vantagens comparativas individuais resulta em um aumento geral na produtividade e na produção total da economia. Foi esse problema que o economista David Ricardo levantou, para resolvê-lo em seguida.

### **3.2. A LEI DE ASSOCIAÇÃO RICARDIANA**

A Lei de Associação Ricardiana é um princípio econômico desenvolvido pelo economista inglês David Ricardo em 1817. O princípio afirma que o comércio internacional é benéfico para todas as partes envolvidas, pois permite que cada país se especialize em produtos em que é mais eficiente. A lei de Associação Ricardiana incentiva a cooperação e o comércio internacional através da divisão social do trabalho, pois incentiva os países a se especializarem em produtos em que são mais eficientes. Isso permite que os países aproveitem suas vantagens comparativas para produzir bens de maneira mais eficiente e barata. Isso, por sua vez, ajuda a reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade geral.

Além disso, a lei de Associação Ricardiana incentiva os países a cooperarem entre si para aproveitar ao máximo as vantagens do comércio internacional. Isso pode incluir a negociação de acordos comerciais, a criação de zonas de livre comércio e a redução de tarifas e barreiras comerciais. Em suma, a lei de Associação Ricardiana tem incentivado a cooperação e o comércio internacional, permitindo que os países aproveitem suas vantagens comparativas para produzir

bens de maneira mais eficiente e barata. Isso, por sua vez, ajuda a aumentar a produtividade geral e a reduzir os custos de produção.

Ricardo elaborou a lei da cooperação para evidenciar quais são as consequências da especialização do trabalho quando um indivíduo ou um grupo colabora com outro indivíduo ou grupo menos eficiente em todos os aspectos. Seu objetivo era investigar os efeitos do comércio entre duas regiões desigualmente providas pela natureza, presumindo que os produtos, mas não os trabalhadores e os bens de produção acumulados (bens de capital), pudessem livremente circular de uma região para outra. A divisão do trabalho entre as duas áreas, como demonstra a lei de Ricardo, aumentará a produtividade do trabalho e é, portanto, mais vantajosa, mesmo que as condições materiais de produção de qualquer bem sejam mais favoráveis em uma dessas áreas do que na outra. É mais vantajosa para a região mais bem provida concentrar seus esforços na produção de bens em que sua superioridade seja maior e deixar para a região menos bem provida a produção de outros bens em que a superioridade da primeira seja menor. Este paradoxo - que seja mais vantajoso a uma determinada região não aproveitar condições internas mais favoráveis à produção de uma mercadoria e adquiri-la de outra região onde as condições de produção sejam menos favoráveis - é o resultado da imobilidade do capital e do trabalho, aos quais não é permitido o acesso aos locais onde as condições de produção são mais favoráveis.

O economista britânico expõe em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Ricardo, David; 1982, *Princípios de Economia Política e Tributação*, p. 104

Para Ricardo, a ideia de um sistema comercial livre, onde cada país direciona seus recursos, capital e trabalho para as atividades em que possuem vantagem comparativa. Essa busca por vantagem individual é vista como benéfica para o conjunto de países, promovendo a eficiência econômica e o bem-estar geral. Ao incentivar a dedicação ao trabalho, recompensar a criatividade e aproveitar efetivamente os recursos naturais disponíveis, o trabalho é distribuído de forma mais eficiente e econômica. Esse aumento na produção de bens e serviços beneficia a sociedade como um todo, promovendo um senso de interdependência e intercâmbio entre as nações civilizadas do mundo.

Ludwig von Mises, por sua vez, ressalta o legado deixado por Ricardo através da lei da associação em prol do desenvolvimento econômico:

A lei da associação nos faz compreender as tendências que resultaram na intensificação progressiva da cooperação humana. Concebemos assim o incentivo que induziu as pessoas a não se considerarem simplesmente adversárias na luta pela apropriação dos limitados meios de subsistência fornecidos pela natureza.

Constatamos o que as impeliu, e permanentemente as impele, a se juntarem para colaborar. Cada passo na direção de um mais elaborado sistema de divisão do trabalho favorece os interesses de todos os que dele participam. Para compreender por que o homem não permaneceu solitário em busca de alimento e abrigo, como os animais, apenas para si ou, quando muito, para sua companheira e sua prole não precisamos recorrer à miraculosa interferência divina nem à hipótese vazia de sentido de um impulso inato para associação. Tampouco precisamos supor que os indivíduos isolados ou as hordas primitivas um belo dia se comprometeram, por contrato, a estabelecer vínculos sociais. O fator que fez nascer a sociedade primitiva e que contribui diariamente para seu desenvolvimento é a ação humana estimulada pela percepção da maior produtividade alcançada pela divisão do trabalho.<sup>52</sup>

Mises, ao observar a evolução da sociedade e a progressiva divisão do trabalho, percebe-se que cada avanço nessa direção beneficia os interesses de todos os envolvidos. Não é necessário apelar para intervenções divinas ou acreditar em um impulso inato para a associação para entender por que os seres humanos não permaneceram isolados, buscando apenas alimento e abrigo para si mesmos, sua companheira ou sua prole. Da mesma forma, não é preciso supor que indivíduos isolados ou hordas primitivas estabeleceram um contrato para estabelecer laços sociais. Portanto, o fator que impulsionou a formação da sociedade primitiva e continua a contribuir para seu desenvolvimento é a ação humana, motivada pela

---

<sup>52</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 200

percepção de que a divisão do trabalho leva a uma maior produtividade. Através da cooperação e da especialização em diferentes tarefas, as pessoas podem produzir mais e alcançar um nível de eficiência que não seria possível de forma isolada.

#### 4. LEGADO DA DOUTRINA LIBERAL PARA AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A doutrina liberal deixou um legado significativo para a economia, estabelecendo os fundamentos teóricos e práticos que continuam a moldar a disciplina até hoje, princípios estes que têm sido amplamente adotados e influenciaram a forma como entendemos e abordamos questões econômicas.

Um dos legados mais importantes da doutrina liberal para a economia é a defesa do livre mercado como um mecanismo eficiente de alocação de recursos. Os teóricos liberais, como Adam Smith, argumentaram que quando os indivíduos são livres para buscar seus interesses próprios por meio de transações voluntárias, ocorre uma coordenação espontânea que leva a uma alocação mais eficiente dos recursos escassos, aumentando assim a riqueza das nações e diminuindo a desigualdade. Essa ideia fundamental tem sido amplamente aceita e embasou o desenvolvimento da teoria microeconômica.

Mises em *Liberalismo* ressalta:

A prosperidade que o liberalismo criara reduziu consideravelmente a mortalidade infantil, que se constituía impiedoso flagelo em épocas precedentes, e, como resultado da melhoria de condições de vida, fez ampliar a expectativa média de vida.<sup>53</sup>

O liberalismo, com sua defesa da liberdade individual, propriedade privada e livre mercado, permitiu um progresso significativo na melhoria das condições de vida das pessoas. Nos séculos passados, a mortalidade infantil era uma tragédia comum, com altas taxas de óbito entre as crianças. No entanto, com o advento do liberalismo e o desenvolvimento econômico que ele promoveu, houve uma expansão da prosperidade material e uma melhoria geral nas condições de vida. Isso levou a avanços na medicina, saneamento, acesso a alimentos e outros fatores que contribuíram para a redução da mortalidade infantil. Além disso, a melhoria das condições de vida impulsionada pelo liberalismo também resultou em um aumento na expectativa de vida média das pessoas. Com melhores condições de saúde, nutrição e bem-estar, as pessoas puderam viver mais tempo e desfrutar de uma vida mais saudável.

---

<sup>53</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica*, p. 33

Esse aspecto positivo do liberalismo ressalta como suas políticas e princípios podem trazer benefícios tangíveis para a sociedade como um todo. Ao promover a liberdade individual e o livre mercado, o liberalismo criou um ambiente propício para o progresso econômico e social, que se refletiu na melhoria da saúde e no aumento da longevidade dos indivíduos.

O economista continua:

Às vésperas da Grande Guerra, o trabalhador da indústria nas nações europeias, nos Estados Unidos e em possessões inglesas d'além-mar, vivia melhor e mais prazerosamente do que um nobre de não muito tempo atrás. Não apenas podia comer e beber segundo seus desejos, mas podia dar aos seus filhos uma educação melhor. Podia, também, se o desejasse, fazer parte da vida cultural e intelectual de sua nação e, caso possuísse talento e energia suficientes, podia, até mesmo, sem dificuldade, alçar a uma posição social mais alta. Era, precisamente, nos países que mais profundamente adotaram o programa liberal que o cume da pirâmide social se compunha, essencialmente, não daqueles que, por força do berço gozavam de posição privilegiada, em virtude da riqueza ou da alta posição de seus pais, mas daqueles que, em condições desfavoráveis, encontraram a saída da pobreza por seus próprios meios. As barreiras que, em outros tempos, separavam senhores e servos haviam caído. Agora, havia apenas cidadãos com direitos iguais. Ninguém mais era prejudicado ou perseguido por sua nacionalidade, opiniões ou fé. As perseguições políticas e religiosas internas haviam desaparecido e as guerras internacionais começaram a tornar-se menos frequentes. Os otimistas já saudavam a aurora da Idade da Paz Eterna.<sup>54</sup>

O economista apresenta uma visão otimista sobre os efeitos do liberalismo nas sociedades pré-Primeira Guerra Mundial, destacando as melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores industriais em comparação com os nobres do passado, enfatizando a liberdade e a oportunidade que o programa liberal proporcionou. Mises enfatiza que os trabalhadores industriais tinham uma maior autonomia e desfrutavam de benefícios que antes eram privilégios exclusivos da nobreza. Tais trabalhadores tinham liberdade para comer, beber e viver de acordo com seus próprios desejos. Além disso, podiam fornecer uma educação melhor para seus filhos, participar da vida cultural e intelectual de suas nações e até mesmo ascender socialmente com talento e energia.

O autor salienta que nos países que adotaram profundamente o programa liberal, o topo da pirâmide social era composto principalmente por aqueles que superaram a pobreza por seus próprios meios, em vez de depender de sua posição

---

<sup>54</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica*, p. 34

privilegiada de nascimento. Isso sugere que as barreiras sociais entre senhores e servos foram superadas, dando lugar a uma sociedade de cidadãos com direitos iguais. Além disso, Mises destaca a diminuição das perseguições políticas, religiosas e nacionalistas, bem como a redução das guerras internacionais. Essas mudanças são vistas como um sinal positivo do progresso alcançado e levam os otimistas a saudarem a chegada de uma era de paz duradoura.

Ademais, doutrina liberal enfatiza a importância da liberdade econômica e da propriedade privada como motores do crescimento econômico. Ao defender a proteção dos direitos de propriedade e a redução das restrições governamentais, os liberais argumentam que isso incentiva o investimento, a inovação e o empreendedorismo. A busca individual pelo lucro é vista como um estímulo para o progresso econômico e a criação de riqueza.

É também crédito do liberalismo, proveniente da Escola Clássica de Economia, que trouxe contribuições significativas para a teoria do comércio internacional. Através do princípio da vantagem comparativa, os liberais argumentam que o comércio livre entre nações traz benefícios mútuos, permitindo que cada país se especialize na produção daquilo em que possui vantagens relativas. Isso leva a um aumento da eficiência produtiva e a um maior bem-estar geral. Mises, em *Ação humana*, esclarece:

Foram as ideias dos economistas clássicos que removeram os controles que velhas leis, costumes e preconceitos impunham sobre o progresso tecnológico, libertando o gênio dos reformadores da camisa de força das guildas, da tutela do governo e das pressões sociais de vários tipos. Foram essas ideias que reduziram o prestígio de conquistadores e expropriadores e demonstraram o benefício social decorrente da atividade empresarial. Nenhuma das grandes invenções modernas teria tido utilidade prática se a mentalidade da era pré-capitalista não tivesse sido completamente demolida pelos economistas. O que é comumente chamado de “revolução industrial” foi o resultado da revolução ideológica efetuada pelas doutrinas dos economistas. Foram eles que explodiram velhos dogmas: que é desleal e injusto superar um competidor produzindo melhor e mais barato; que é iníquo desviar-se dos métodos tradicionais de produção; que as máquinas são um mal porque trazem desemprego; que é tarefa do governo evitar que empresários fiquem ricos e proteger o menos eficiente na competição com o mais eficiente; que reduzir a liberdade dos empresários pela compulsão ou coerção governamental em favor de outros grupos sociais é um meio adequado para promover o bem estar nacional. A economia política inglesa e a fisiocracia francesa indicaram o caminho do capitalismo moderno. Foram elas que tornaram possível o progresso decorrente da aplicação das

ciências naturais, proporcionando às massas benefícios nunca sequer imaginados.<sup>55</sup>

Aqui, Mises acentua o papel dos economistas clássicos na remoção de barreiras e controles que restringiam o progresso tecnológico e a atividade empresarial. Segundo o autor, as ideias desses economistas desafiaram as antigas leis, costumes e preconceitos, permitindo a liberdade de inovação e empreendedorismo. Os economistas clássicos foram responsáveis por questionar e derrubar concepções pré-capitalistas que limitavam a competição, desencorajavam a adoção de métodos de produção mais eficientes e viam as máquinas como prejudiciais devido ao desemprego que supostamente causavam. Eles argumentaram que superar um competidor ao produzir melhor e mais barato não era desleal, mas sim benéfico para a sociedade como um todo. Além disso, eles defendiam a liberdade dos empresários em busca de lucro e criticavam a intervenção governamental que favorecesse grupos específicos em detrimento do bem-estar geral.

A revolução industrial, frequentemente associada às transformações socioeconômicas ocorridas na época, é apresentada como resultado da revolução ideológica promovida pelas doutrinas dos economistas. A abertura para a aplicação das ciências naturais no processo produtivo e o progresso sem precedentes experimentado pelas massas foram possíveis graças às ideias disseminadas pelos economistas clássicos, destacando a importância do capitalismo moderno. Mises evidencia a influência das ideias econômicas na moldagem da sociedade e na promoção do progresso. Ao questionar dogmas e propor uma abordagem mais livre e competitiva, os economistas clássicos desempenharam um papel fundamental na transformação do mundo pré-capitalista em um mundo de avanço tecnológico, prosperidade e benefícios sociais.

Por fim, propósito principal das ciências econômicas, máxima deixada pelos liberais, é substituir os princípios contraditórios do ecletismo popular por doutrinas coerentes e precisas. Não há outro meio de evitar a desintegração social e garantir a melhoria contínua das condições humanas, exceto aquele fornecido pela razão. Os agentes devem buscar examinar minuciosamente todos os problemas que as afetam

---

<sup>55</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 29

até o limite além do qual a mente humana não pode avançar. Não devem se contentar com quaisquer soluções transmitidas pelas gerações anteriores, devem constantemente questionar todas as teorias e teoremas; nunca devem relaxar seus esforços para eliminar concepções falsas e buscar o melhor conhecimento possível. Devem, principalmente, combater o equívoco, revelando doutrinas enganosas e promovendo a verdade. Mises elucidou isso:

Compete à economia examinar minuciosamente a afirmativa segundo a qual seus ensinamentos são válidos apenas para o sistema capitalista, durante o curto e já esvaecido período liberal da civilização ocidental. É dever da economia, e de nenhum outro campo do saber, examinar todas as objeções levantadas de diversos ângulos contra a utilidade das afirmativas da teoria econômica para a elucidação dos problemas da ação humana. O sistema de pensamento econômico deve ser construído de tal maneira que se mantenha a prova de qualquer crítica por parte do irracionalismo, do historicismo, do panfiscalismo, do behaviorismo e de todas as modalidades de polilogismo. É uma situação intolerável a de que os economistas ignorem os argumentos que diariamente são promovidos para demonstrar a futilidade e o absurdo dos esforços da economia.<sup>56</sup>

Ressalta-se a importância da economia como campo do conhecimento capaz de analisar, responder e se aprimorar diante das críticas e desafios apresentados. É uma chamada para que os economistas estejam abertos ao debate e ao confronto de ideias, a fim de desenvolver uma compreensão cada vez mais sólida e precisa dos fenômenos econômicos e de suas implicações para as ciências econômicas. Assim, somente ideias fundamentadas na racionalidade e embasadas na realidade têm o poder de transformar o mundo e iluminar a escuridão. Foi esta mensagem que o economista austríaco Ludwig von Mises deixou, em sua mais conhecida obra, *As seis lições*:

Tudo o que ocorre na sociedade de nossos dias é fruto de ideias, sejam elas boas, sejam elas más. Faz-se necessário combater as más ideias. Devemos lutar contra tudo o que não é bom na vida pública. Devemos substituir as ideias errôneas por outras melhores, devemos refutar as doutrinas que promovem a violência sindical. É nosso dever lutar contra o confisco da propriedade, o controle de preços, a inflação e contra tantos outros males que nos assolam.

Ideias, somente ideias, podem iluminar a escuridão. As boas ideias devem ser levadas às pessoas de tal modo que elas se convençam de que essas ideias são as corretas, e saibam quais são as errôneas. No glorioso período do século XIX, as notáveis realizações do capitalismo foram fruto das ideias dos economistas clássicos, de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo, de Frédéric Bastiat e outros.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> von Mises, Ludwig; 2010, *Ação Humana*, p. 27

<sup>57</sup> von Mises, Ludwig; 2018, *As seis lições*, p. 166

Assim, por meio das ideias é possível iluminar a escuridão e encontrar soluções para os problemas enfrentados. Mises menciona o século XIX como um período glorioso, em que as realizações do capitalismo foram impulsionadas pelas ideias dos economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e Frédéric Bastiat. Nessa perspectiva, é dada a importância de difundir e convencer as pessoas sobre as ideias corretas, para que elas possam discernir as ideias errôneas. Acredita-se que a disseminação das boas ideias e a refutação das ideias prejudiciais contribuirão para melhorar a sociedade e enfrentar os desafios presentes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer do estudo, as discussões iniciais postuladas conseguiram estar esclarecidas a fim de demonstrar a importância do tema abordado e destacar os principais resultados e conclusões alcançados ao longo da pesquisa. Durante o desenvolvimento deste estudo, foi possível aprofundar o conhecimento sobre o assunto, analisando suas implicações e desafios. Ao analisar as diferentes correntes e os principais pensadores liberais, percebe-se que suas ideias têm desempenhado um papel fundamental na formação das bases teóricas e práticas da economia moderna. O liberalismo se norteia por um aglomerado de ideias que tem a primordial finalidade de assegurar a propriedade privada e liberdade dos indivíduos. Tais convicções filosóficas vieram a ser geradas a partir da gênese de um peculiar grupo econômico no fim da Idade Média: a sociedade capitalista, por meio da livre concorrência que teve seu estopim na *revolução industrial*.

É convincente ratificar que o que é usualmente denominado de *revolução Industrial* foi desfecho da revolução ideológica efetivada pelos dogmas dos economistas clássicos liberais. Foram eles que deflagraram velhos mandamentos, como: que é parcial e injusto vencer um competidor produzindo melhor e mais barato; que é perverso esquivar dos métodos usuais de produção; que é dever do Estado evitar que empresários fiquem ricos e defender o menos eficaz na competição com o mais eficiente. A economia política inglesa e a fisiocracia francesa moldada por aspectos liberais indicaram o caminho pro capitalismo moderno.

O papel da competição, portanto, é múltiplo. Em primeiro lugar, ela evidencia, por meio de sistema de negócio em que há ininterruptos descobrimentos, quais execuções e quais objetos o consumidor elege. Além do mais, a competição extermina os empreendimentos que não forem competentes na perspectiva de satisfizerem exatamente aos clientes. Ademais, ela é moralmente fenomenal aos negócios em que persevera o protecionismo, pois, ao contrário, o que dá seguimento nesses mercados, ela recompensa a capacitação, a talento de atender certamente ao consumidor. Infere-se, desta maneira, que para que esta nova metodologia conseguisse verdadeiramente perdurar como molde societário, tornavam-se essenciais a emancipação dos agentes econômicos dos laços religiosos, a instalação de um Estado que interviesse em menor grau possível nas condições naturais de oferta e demanda e, sobretudo, que cuidasse da propriedade

por regras e, por conclusão, a admissão da maior parte dos cidadãos de que, ainda que livres e semelhantes, a possibilidade à riqueza era pouco para uma modesto categoria. Estas substituições acabaram sendo justificadas pela ideia liberal e sustentadas pelos diversos teóricos que representaram este entendimento.

A doutrina liberal tem sido um dos principais fatores que impulsionam a economia internacional. Por meio da adoção de medidas econômicas liberais, os governos conseguem promover o crescimento econômico, aumentar a produtividade e a competitividade, além de permitir a livre circulação de capital. Além disso, o liberalismo também contribui para a redução da pobreza e desigualdade social.

Além disso, o pensamento liberal enfatizou a importância da divisão do trabalho e da especialização como motores do crescimento econômico. Ao buscar a eficiência produtiva e a distribuição eficiente dos recursos, a doutrina liberal tem feito grandes avanços nas economias de todo o mundo, promovendo a geração de riqueza e o bem-estar geral.

Contudo, é importante ressaltar que a doutrina liberal não está isenta de críticas e desafios. Ao longo do tempo, surgiram correntes que questionam a eficiência plena dos mercados, apontando para a necessidade de uma regulação adequada para corrigir falhas e promover a justiça social. O equilíbrio entre a liberdade econômica e a igualdade de oportunidades tem sido objeto de intenso debate na atualidade, visando garantir que os benefícios do liberalismo econômico sejam distribuídos de forma mais equitativa.

Em suma, a doutrina liberal exerceu uma influência profunda na história do pensamento econômico, fornecendo fundamentos teóricos importantes e moldando práticas econômicas ao redor do mundo. Suas contribuições, como a defesa da liberdade individual, da livre concorrência e da eficiência produtiva, têm desempenhado um papel crucial na construção de sociedades prósperas. No entanto, para fins de pesquisas futuras, é de suma importância o prosseguimento com o intuito de aprimorar e adaptar essas ideias às realidades e desafios contemporâneos, visando, sempre, a construção de um sistema econômico mais justo e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- BASTIAT, Frédéric. ***A Lei: Por Que a Esquerda Não Funciona? As Bases do Pensamento Liberal***. São Paulo, Faro Editorial, 2016.
- BRUE, Stanley. ***História do Pensamento Econômico***. São Paulo, Thomson Learning, 2006.
- CANTILLON, Richard. ***Essay on the Nature of Commerce in General, Classics in Economics Series***. Transaction Publishers, 1755.
- COLBERT, Jean-Baptiste. ***Memorandum on Trade***, Paris Librairie Imperiale, 1664.
- CONSTANTINO, Rodrigo. ***Pensadores da Liberdade***. São Paulo, Faro Editorial, 2021.
- DAVENANT, Charles. ***An Essay On the East-India Trade***. Biblioteca Estadual de Baviera, Verlag Nicht Ermittlbar, 1696.
- DE SOTO, Jesus Huerta. ***A Escola Austríaca: Mercado e Criatividade Empresarial***. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- DOBB, Maurice. ***A Evolução do Capitalismo***. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- FRIEDMAN, Milton. ***Capitalismo e Liberdade***. Editora Artenova S.A. 1985.
- GANEM, Angela. ***O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek***, 2010. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000100006> > Acesso em: 04 jun. 2023.
- GRAY, John. ***O Liberalismo***. Lisboa, Estampa, 1986.
- HAYEK, Friedrich August von. ***O caminho da servidão – 5º ed.*** Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.
- HECKSHER, Eli F. ***La Época Mercantilista***. México, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- HECKSHER, Eli F. ***Mercantilism***, Routledge; 1ª edição, 1994.
- HEYWOOD, Andrew. ***Ideologias políticas: Do liberalismo ao fascismo***. São Paulo, Ática, 2010.
- IGLÉSIAS, F. ***Introdução à Historiografia Econômica***. Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 1959.
- IORIO, Ubiratan Jorge. ***Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca***. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

LEIBÃO, Matheus. **Conceitos do Liberalismo e Educação – Indivíduo, Propriedade e Liberdade na Educação Brasileira**, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/download/32568/18703/109516> > Acesso em: 18 jun. 2023.

MALYNES, Gerard. **Vel Lex Mercatoria or The Ancient Law-Merchant**, The Lawbook Exchange, Ltd. 1ed, 1622.

MARX, Karl. E ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 4ª Reimpressão. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **O Capital. Livro Primeiro. Volume II**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MISES, Ludwig von. **Ação Humana**. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **As Seis Lições**. São Paulo, LVM Editora, 2018.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica**. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MOKYR, Joel. **The Oxford Encyclopedia of Economic History**. Oxford University Press, 2005.

MONTCHRESTIEN, de Antoine. **Traité d'économie Politique**, ENS Éditions1615.

MOUNTIAM, André Gal. **O liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações**, 2018. Disponível em: < <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%205/81.pdf> > Acesso em: 18 jun. 2023.

MUN, Thomas. **England's Treasure by Foreign Trade: Or the Ballance of our Foreign Trade is the Rule of our Treasure**. Gale ECCO, Print Editions, 2018.

PAIM, Antônio. **Evolução Histórica do Liberalismo**. São Paulo, LVM Editora, 2019.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia – 16ª Edição**. São Paulo, Atlas, 1994.

SAES, Flávio Azevedo Marques. **História Econômica Geral – 1ª Edição**. São Paulo, Saraiva, 2013.

SHUMPETER, Joseph Alois. **Fundamentos do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

SILVA, Jean. ***A Divisão do Trabalho em Adam Smith***, 2011. Disponível em: < [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20871/3/2011\\_eve\\_jmlima.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20871/3/2011_eve_jmlima.pdf) > Acesso em: 18 jun. 2023.

SMITH, Adam. ***A Riqueza das Nações***. São Paulo, Nova Cultural, 1996. v 1-2.

SMITH, Adam. ***A Riqueza das Nações: Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações***. São Paulo, Madras, 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. ***A Origem do Capitalismo***. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.